



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**Instituto de Economia**

**BRUNO MESQUITA RAMPONE**

**Um Estudo do Método da Crítica da Economia Política**

Campinas

2016



**Bruno Mesquita Rampone**

**Um Estudo do Método da Crítica da Economia Política**

*Versão parcial da Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para conclusão do curso de graduação em Economia.*

**Orientador: Plínio de Arruda Sampaio Jr.**

Campinas

2016

## **Agradecimentos**

Àqueles que com seu trabalho tornaram possíveis as condições de minha formação.

Aos trabalhadores.

Aos camaradas.

Aos amores.

Ao Professor Plínio de Arruda Sampaio Jr., pela orientação para além da monografia, e ao Professor Carlos Cordovano pela leitura atenta e às questões levantadas durante arguição na banca.

A Laura Alberti, companheira neste processo e para além.

Em especial, aos trabalhadores insubordinados no Brasil e em todos os países.

## Sumário

1. Introdução.....	4
2. Princípios de determinação.....	6
2.1 O pressuposto materialista e o sujeito histórico.....	6
2.2. Objeto de estudo e a história do sujeito.....	9
3. Princípios metodológicos: lógica formal, lógica dialética.....	11
3.1. Lógica formal ou lógica das formas.....	12
3.2. Lógica dialética ou lógica dos conteúdos.....	14
4. Análise do fragmento <i>Introdução à crítica da economia política</i> .....	18
4.1. Introdução à <i>Introdução</i> .....	18
4.2. Breve história da publicação dos <i>Grundrisse</i> sob o estalinismo.....	22
4.3. Uma leitura passo a passo da <i>Introdução à crítica da economia política</i> .....	25
4.3.1 Primeiro movimento – crítica à ultrageneralização da sociedade burguesa...26	
4.3.2. Segundo movimento – crítica da separação.....	34
4.3.3. Terceiro movimento – o método da economia política e sua crítica; plano geral de estudo.....	38
4.3.4 Quarto movimento – apontamentos da dialética base-superestrutura e arte. .43	
5. O método da crítica da economia política aplicado.....	46
5.1 Método de pesquisa.....	46
5.2. A dialética como método de exposição – uma leitura do capítulo I de <i>O Capital</i> (A Mercadoria).....	48
6. Conclusão.....	54
Referências Bibliográficas.....	58

## 1. Introdução

A problemática do método é questão central do processo de conhecimento. Referimo-nos aqui àquele tipo de conhecimento teórico, próprio do modo de pensar científico, consciente e subordinado a uma lógica.

Em relação à teoria, a importância do método pode ser comparada à firmeza que um edifício em seu alicerce. Enquanto está em pé, não se notam as fundações sobre as quais se apoia, nem as estruturas que o sustentam – e é justamente quando são mais importantes, quando estão *sendo usadas*.

Ao contrário de autores importantes como Durkheim<sup>1</sup> e Weber<sup>2</sup>, que publicaram obras tratando especialmente de questões metodológicas e de forma sistemática, não encontramos em Marx nenhuma obra em que tenha exposto seu método da maneira completa e definitiva. Ao contrário, como veremos, há um motivo explícito pelo autor em não fazê-lo. Ao fazer a crítica da economia política, ali o método opera pleno funcionamento, em sua *existência efetiva* – em *O Capital* – e, no entanto, é evidente que pressupunha uma forte clareza sobre o método científico em que se baseia. Qual seria? A recepção da obra pelo público gerou um amplo debate em torno desta pergunta, ao qual próprio Marx faz referência: “*O método aplicado em O capital foi pouco compreendido, como já o demonstram as interpretações contraditórias que se apresentaram sobre o livro*” (MARX, 2013, p.88).

Um dos raríssimos momentos em que o autor aborda explicitamente a questão do método é no fragmento pertencente aos *Manuscritos de 1857-1858 (Grundrisse)*<sup>3</sup> denominado *Introdução à Crítica da Economia Política*<sup>4</sup>. Talvez seja o único em que o faça com um tratamento sistemático, ainda que seja limitado a apontamentos metodológicos. Por isso o nosso objeto central é este fragmento, e sua análise, na forma de uma leitura ponto a ponto compõe nossa segunda parte do presente trabalho.

Mesmo que não tenham sido publicados em vida, a importância desta *Introdução* e de todos os *Grundrisse* para o entendimento da obra marxiana é evidente,

---

<sup>1</sup> Durkheim, E. *As regras do método sociológico*. S. Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1975.

<sup>2</sup> Weber, M. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1992, vol.1-2.

<sup>3</sup> Daqui em diante, iremos nos referir aos *Manuscritos de 1857-1858* apenas como *Grundrisse*.

<sup>4</sup> O título do fragmento não é de Karl Marx, mas refere-se ao nome com que foi publicada pela primeira vez e que se tornou tradicional. Daqui em diante, iremos fazer a referência apenas à *Introdução*.

pois é onde encontramos exposta a sua concepção teórico-metodológica de maneira mais nítida. Poderíamos dizer, o seu projeto do edifício. Sua fundação. Seu canteiro de obra.

Nosso estudo parte, portanto, da suposição de que Marx desenvolveu um método próprio para realizar a crítica da economia política, cujos fundamentos se encontram na introdução dos escritos compilados nos *Grundrisse*. Procuraremos responder a seguinte questão: o que constitui a especificidade do método da crítica à Economia Política? Nossa hipótese é que a obra de Marx possui um método próprio, com pressupostos filosóficos e nexos lógicos muito bem delimitados que, no entanto, não são passíveis de uma descrição definitiva.

## 2. Princípios de determinação

### 2.1 O pressuposto materialista e o sujeito histórico

*Sapo não pula por boniteza,  
mas porém por precisão*

Provérbio capiau

*Tudo o que mobiliza um homem tem, obrigatoriamente,  
que passar pelo seu cérebro, inclusive o comer e o beber.*

Engels

Antes de nos perguntarmos sobre qual seria o método da crítica da economia política, talvez a pergunta a se fazer seja: para que método?

Entendemos o método como o modo de proceder do pensamento no processo de conhecimento da realidade, da maneira que lhe é possível. Contudo, o pensamento por si só não pode ser o sujeito do pensar, senão que está indissociavelmente ligado ao ser humano, com seu corpo humano em sua atividade humana. Alguém já afirmou muito corretamente: penso, logo existo<sup>5</sup>. Entretanto, não devemos esquecer que, para pensar, os seres humanos devem estar vivos. Estar vivo, portanto, é um pressuposto do pensar e, portanto, do pensamento – ainda que o pensar seja um bom sinal de vida.

Assim, muito antes de pensar em pensar, os seres humanos tem de, obrigatoriamente, pensar em como suprir suas necessidades mais básicas, sem as quais não podem nem sobreviver, que dirá pensar?! As atividades humanas de suprir as necessidades mais básicas da vida (como comer, beber, morar, vestir, dormir, etc.) são, portanto, os primeiros pressupostos de existência humana. Ao passo que se constituem num conjunto de atividades necessárias à vida, num intercâmbio constante com a natureza de onde se retiram os recursos materiais, em que utilizam meios materiais como instrumentos para se atingir os fins pretendidos e nas quais despende-se energia humana, nervos, músculos, etc. chamamos tais atividades de trabalho.

Se o pensamento está indissolúvelmente ligado à produção da existência humana como pressuposto, o trabalho também não existe sem o pensar. A atividade de trabalho,

---

<sup>5</sup> "Cogito, ergo sum". DESCARTES, R. *Discurso sobre o método*, 1637.

sendo ela sempre uma atividade determinada subordinada a uma finalidade determinada, por exemplo, a coleta de um fruto, também ela exige a prévia ideação da ação a ser realizada afim e ser ter êxito. A ideação, ou teleologia, é a capacidade de, diante a uma situação concreta dada, abstrair dela os elementos essenciais à execução da atividade e combiná-los no pensamento de uma forma que ao serem postos em movimento atinja-se uma finalidade almejada.

A ideação permite assim a previsão, ou seja, antecipação mental dos resultados e que é efetivamente importante à sobrevivência<sup>6</sup>. É uma capacidade essencial que pertence aos os seres humanos e que os diferencia de outras espécies, que não deve ser confundido com o simples pensar<sup>7</sup>. Esta antecipação mental dos resultados que, ao combinar elementos abstraídos da realidade de diferentes maneiras também acaba por cria novos elementos, é um dos motivos que pode nos levar ao equívoco de pensar que a ideia seja o pressuposto da existencial material, já que, na atividade humana resultados aparecem no pensamento antes de serem efetivados<sup>8</sup>.

Contudo, a antecipação dos resultados por meio da reprodução do real é apenas um exercício mental – essencial à ação, mas ainda preso ao reino das ideias. Até que não se mova um dedo, *coeteris paribus*, a fruta que a ser coletada permanece ainda lá no pé, e o estômago cá, vazio. Na reprodução mental do concreto, enquanto concreto pensado, a fruta na mão ainda é apenas *ideia de fruta na mão*.

Mas caminho que proporcionou essa capacidade humana foi o inverso. Foi a experiência que propiciou o conhecimento, ou seja, é prática sensível (a percepção do mundo através dos sentidos) que antecede as ideias. Isso não impede que posteriormente o trabalho mental possa construir abstratamente uma nova prática, derivada de combinações inteiramente novas dos elementos existentes. Porém, as propriedades do material em uso e que lhe conferem utilidade é um atributo oriundo do objeto manipulado, revelado pela prática sensível<sup>9</sup>, ainda que seja por meio do pensamento o modo como o ser humano nomeia e classifica os atributos. A ação subjetiva humana de

<sup>6</sup> “Para saber se os tigres têm dentes / não é necessário entrar em sua boca!” Mauro Iasi (A arte de conhecer os tigres) in IASI, M. *Meta amor fases*. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

<sup>7</sup> “Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera”. (MARX, 1985, p.98).

<sup>8</sup> “Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o métodos de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto.” (MARX, 2011, p.55)

<sup>9</sup> “A eficiência é mais antiga do que o propósito; a mão é uma descobridora há mais tempo do que o cérebro.” (FISCHER, E. *A necessidade da arte*.1978. p.29).

atribuir utilidade aos objetos não os dota de suas propriedades materiais, se não que as descobre neles, e daí em diante pode até aperfeiçoá-las por meio da combinação com outros elementos. A propriedade de cortar já esta na pedra lascada o ser humano reconhece isto e busca imitar este aspecto, controlá-lo e por fim, após muita insistência, entre tentativas e erros, procura melhorá-lo<sup>10</sup>.

Quando estamos a falar de conhecer a realidade através de um procedimento que consiste em abstrair dela os elementos essenciais e, por meio do pensamento, combiná-los de uma determinada forma cujo resultado pode-se prever, do que estamos falando, se não de um modo de organizar o pensamento de maneira a reproduzir a realidade em ideia, isto é, de um método?

O método é, portanto, essencial à vida humana. É elemento constitutivo da necessária reprodução da vida humana em sociedade, portanto, da atividade destinada a um fim determinado, o que supõe conhecer a realidade. Mas este pressupõe, sem dúvida, a existência material enquanto existência efetiva prévia. O ato de pensar, por exemplo, necessita de um meio material para ocorrer, de uma fisiologia, e no caso do ser humano não se dispensa a presença de um sistema nervoso central desenvolvido e polegar opositor que possibilita o movimento de pinça.

Este pressuposto, material e histórico, Marx o coloca em oposição ao idealismo, predominante à sua época e que ainda o é até os dias de hoje. Ao mesmo tempo, incorpora sua perspectiva de atividade humana consciente, ou a subjetividade inerente à existência humana, ponto que era deixado de lado pelo materialismo mecanicista, existente até então.

Quanto ao materialismo mecanicista, este parte do justo pressuposto de que a prática sensível precede o pensamento. É o que temos sustentado até aqui – não se pode pensar o mundo sem antes senti-lo de alguma maneira, e dessa herança Marx não abre mão. Mas tal prática sensível que serve de base ao pensamento não pode ser a uma atividade passiva, contemplativa como posto por essa corrente de pensamento. Ao contrário, ela é fruto do papel ativo dos seres humanos, enquanto sujeitos produzindo a vida em sociedade. Por isso incorporar o elemento subjetivo da ação humana, a ideação, o pensar o mundo, que até então fora desenvolvido a partir de uma perspectiva

---

<sup>10</sup> “A propriedade do imã de atrair ferro só se tornou útil depois de descobrir-se por meio dela a polaridade magnética.” (MARX, 1985, p. 45).

idealista<sup>11</sup> e deixado de lado pelo materialismo até então existente. Portanto, em seu caminho trilhado para a superação do idealismo, a crítica da economia política leva consigo alguns de seus elementos, a saber, sua forma de organização do pensamento em atividade, a sua lógica. A afirmação do materialismo se dá assim com um retorno a este pressuposto, mas um retorno a um patamar superior.

## 2.2. Objeto de estudo e a história do sujeito

*O objeto nesse caso é, primeiramente, a produção material.*

Marx

Ao produzir as coisas com as quais satisfaz as suas necessidades de vida, o ser humano produz uma nova realidade, produz o mundo ao seu redor e a si mesmo. Sendo este o pressuposto da existência humana, é também pressuposto de toda história. É o primeiro ato histórico<sup>12</sup>.

O ser humano não vive isolado no mundo. A produção da vida ocorre em sociedade, em que os sujeitos combinam-se tanto fisicamente (por exemplo, ao unirem-se para arrastar objetos mais pesados por meio do somatório de forças) como, ao mesmo tempo, socializam saberes comunicando-se através de uma *linguagem*<sup>13</sup>. A base do trabalho, portanto, não é uma base individual, mas social. As formas em que os seres humanos se organizam para a produção e reprodução da vida ao longo de gerações constituem relações de produção.

O conteúdo material das relações de produção, ou melhor, os sujeitos e objetos organizados em determinada forma de sociedade, são as forças produtivas. Incluímos aí desde os recursos que são apropriados da natureza, a técnica, a ciência, as ferramentas, máquinas, etc. São forças produtivas também a própria organização social e as forças criadas nela por cooperação e divisão industrial do trabalho. As próprias relações de

---

<sup>11</sup> “O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto, a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma de *objeto* ou da *contemplação*, mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*; não subjetivamente. Daí o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal” (MARX, 2007, p.533).

<sup>12</sup> “O primeiro ato histórico é, pois, a produção da própria via material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.” (MARX-ENGELS, 2007, p.33).

<sup>13</sup> “A produção do singular isolado fora da sociedade (...) é tão absurda quanto o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos vivendo *juntos* e falando uns com os outros.” (MARX, 2011, p.40).

produção são o fundamento das forças produtivas. Numa sentença, o grau de desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade é a capacidade real de trabalho dos humanos, que pode ser mensurada.

Relações sociais de produção, por outro lado, tem de necessariamente corresponder a um grau determinado de desenvolvimento das forças produtivas. Por exemplo; as sociedades de classes, em que uma parte vive do trabalho alheio, pressupõem um estágio de desenvolvimento das forças produtivas capaz de gerar um excedente suficiente para que uma parte da sociedade seja dispensada do trabalho<sup>14</sup>.

As diferentes formas em que as forças produtivas materiais se organizam, em determinadas relações de produção, constituem modos de produção específicos. Assim, quando Marx anuncia logo no início da *Introdução à crítica da economia política* que “o ponto de partida, é naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada” (MARX, 2011, p.39), devemos considerar o objeto de investigação a partir desta perspectiva histórica da produção da vida humana. Trata-se de um momento dentro de um movimento maior.

---

<sup>14</sup> Isto não significa, de modo algum, que a existência do excedente esteja condicionada à existência de classes sociais. “Está totalmente fora de questão (...) indagar se a riqueza se desenvolveria melhor sob essa ou aquela forma de propriedade.” (MARX, 2011, p.43)

### 3. Princípios metodológicos: lógica formal, lógica dialética

*Aquele rio  
está na memória  
como um cão vivo  
dentro de uma sala*  
João Cabral de Melo Neto

No capítulo anterior procuramos deixar claro que o pensamento é uma atividade componente do modo de como os seres humanos produzem sua vida em sociedade. Em seguida, que esta produção social da vida, por sua vez, além de exigir, também aguça uma etapa mental do processo de conhecimento. Isto pressuposto, podemos agora abordar o pensamento em si mesmo, isto é, a lógica.

A lógica é o modo de gerar e ordenar as ideias, em organizá-las, para que possam reproduzir em pensamento a realidade em sua totalidade. Para isso, essa organização das ideias deve ser feita de maneira coesa e coerente, o contrário de bizarra. Lembramos que a totalidade está intimamente relacionada ao universo concreto de vida dos seres humanos, à reprodução da vida. Neste sentido, a totalidade, não coincide (e nunca coincidirá) com *efetivamente tudo*<sup>15</sup>. É como afirma Kosik:

“A dialética da totalidade não é um método que pretenda ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro “total” da realidade, na infinidade dos seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade. A totalidade não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedade, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta”. (Kosik; 2002, p. 44).

Pensar é um exercício de abstrair qualquer objeto ou fenômeno e, por sua vez, abstrair é retirar mentalmente este objeto de onde está e lavá-lo à representação, na forma de ideia.

Em sua concretude, o pensamento parte da prática sensível, abstrai os elementos na forma ideias no pensamento, e que esta abstração pode ser fixada na mente por uma imagem ou por um símbolo<sup>16</sup>. A partir desta fixação podemos partir para novas

---

<sup>15</sup> Na medida em que o processo de conhecimento pressupõe a abstração, ou seja, a extração parcial de elementos da realidade na forma de pensamento, abstrair tudo significa abstrair, de tudo, nada. Seria uma contradição nos termos. Assim, efetivamente tudo é o mesmo efetivamente nada.

<sup>16</sup> Tais representações simbólicas, por sua vez, podem ser objetivadas concretamente, materialmente. Mas as conexões e consequências de tal ato ultrapassam os limites do presente trabalho.

abstrações, decompondo ou associando a abstração inicial em novas partes, formando inclusive representações que se distanciam das formas originais.

Podemos operar uma ação de análise, separando as partes do todo. Abstração da abstração. Observando as características das partes abstraídas cada uma em si mesma, cada uma em relação às outras e cada uma em relação ao todo chegamos ao entendimento, à revelação teórica do objeto através da análise.

No processo de síntese faz-se o inverso: unindo as partes, descobrindo as suas mútuas conexões, chegamos à compreensão do conjunto, da totalidade. Em ambos os movimentos operados pelo pensamento, está subentendida uma maneira de proceder, uma maneira de organizar as ideias, de separá-las ou combiná-las, uma lógica.

Procuraremos tratar brevemente de duas formas de pensar o pensar, a lógica formal e a lógica dialética. Posta a limitada envergadura de nosso trabalho, certamente haverá lacunas.

### **3.1. Lógica formal ou lógica das formas**

*Do rio que tudo arrasta se diz que é violento  
Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem*

Bertolt Brecht

A lógica formal pode ser também chamada de lógica das formas e é um modo de proceder do pensamento em que, a partir da abstração, procura-se esvaziar todo o conteúdo ruidoso, para se chegar à forma mais pura.

Trata-se de elevar as abstrações ao seu máximo, ceifar as aparências os elementos perturbadores, as contradições, até que se chegue à essência mais pura, à coisa em si destituída de contradições.

O primeiro passo é então a separação entre os aspectos idênticos e dos aspectos diferentes, segundo alguns princípios:

#### i) Identidade

Um objeto pode ser idêntico a outro de forma absoluta, tendo, por exemplo, na expressão  $A=A$  sua mais idêntica expressão, o que constitui sem dúvida uma tautologia. A forma mais pura, portanto de determinação do ser, considerando todo o ser como

determinado, é que ele é aquilo que ele é. É como Narciso procede ao ver a própria imagem refletida.

Se extrapolarmos a expressão para  $A = B$ , já inserimos um conteúdo B, que funciona como perturbação de A. Por isso, o segundo princípio da lógica formal se trata justamente da não contradição.

#### ii) Não contradição

Uma definição ou uma expressão não pode contradizer a outra, ou C é diferente de A ou é igual, ou abstraímos um ser humano ou um cachorro, ou existe ou não existe, a coerência precisa ser mantida ao agruparmos a sentença, pra obter a coesão, não admitindo um aspecto intermediário. Uma sentença não pode negar a outra.

#### iii) O terceiro excluído

Este princípio é derivado do princípio da não contradição, em que não pode haver uma terceira opção entre ser e não ser, não se admite uma situação intermediária. Mas há situações em que esta regra se complica. Vejamos. Determinando que  $A = \text{humano}$ ,  $C = \text{cão}$ , temos  $A \neq C$ . Mas se a essas ideias acrescentarmos a ideia de  $B = \text{mamíferos}$ , começamos a ter problemas. Isto porque os elementos em sua forma pura, a princípio, só são iguais a si mesmos. Porém, agora temos que  $A = B$  (o que já traria algum problema à forma pura). Mas, além disso, temos que  $C = B$ . Então temos que  $A \neq C$  e  $A = B$  e  $C = B$ . Esta última definição fere o terceiro princípio da lógica formal, o terceiro excluído, pois, como ouve-se diariamente, "uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa". Problemas para a lógica formal.

De acordo com a forma pura, não pode haver um terceiro elemento entre existir e não existir, ser e não ser. Este movimento cria uma fissura na forma, colocando em cheque a sua existência.

O pensamento agora está perturbado por elementos da realidade concreta, por conteúdos. Trata-se então de uma forma em crise. Como resolvê-la? Pelo próprio conteúdo. A forma terá que descer de sua existência resolvida e coagulada de forma até o mundo onde as coisas encontram-se permanentemente em movimento perturbado, onde será contaminadas de perturbações.

### 3.2. Lógica dialética ou lógica dos conteúdos

*Um homem se banha e não se banha duas vezes no mesmo rio*

Heráclito

A lógica dialética também pode ser conhecida como lógica dos conteúdos. Podemos deduzi-la a partir das crises da lógica formal em sua incessante busca de apreender a realidade mutante, como formas de resolvê-las. Porém, sendo esta uma saída puramente formal, a rigor, ela não supera a lógica formal.

Mas também podemos constatá-la na própria realidade, pois não há nada completamente vazio, não há nada que não carregue um conteúdo. Deste ponto de vista, tudo é determinado, tudo ocupa um lugar determinado dentro da realidade, não existe apenas em si mesmo, mas existe em relação a tudo o mais.

Tomando o caminho a partir das contradições da lógica formal, comecemos pelo primeiro princípio, o princípio da identidade. Dissemos que, para manter sua coerência, em sua forma pura, precisava-se esvaziar qualquer conteúdo que fosse um ruído, como na expressão tautológica  $A = A$ . Na expressão vemos que dois lados exatamente iguais, simétricos, fixos. Porém, quando acrescentamos qualquer conteúdo para a expressão, como por exemplo,  $A = B$ , já ferimos a forma pura, pois a expressão afirma que uma coisa é outra que não ela mesma.

Voltemos ao exemplo que gerou problemas na lógica formal ao ferir o princípio do terceiro excluído, em que  $A = B$ ,  $B = C$ , mas  $A \neq C$ . Temos agora uma contradição mais evidente, pois a princípio, pela simples dedução das formas, se  $A = B$  e  $B = C$ , então  $A = C$ .

Nesse sentido, a única saída formal é romper com a própria forma, assumindo que  $A \neq C$  e, ao mesmo tempo,  $A = C$ . Tomemos um exemplo dado por Marx quando, ao criticar a dedução lógica por detrás da eternização da categoria do capital:

“Em tal esquecimento repousa, por exemplo, toda a sabedoria dos economistas modernos que demonstram a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes. Por exemplo: nenhuma produção é possível sem trabalho passado, acumulado, mesmo sendo este trabalho apenas a destreza acumulada na mão do selvagem pelo exercício repetido. O capital, entre outras coisas, é também instrumento de produção, também trabalho passado, objetivado. Logo, o capital é uma relação natural, universal e eterna; quer dizer, quando deixo de fora justamente o específico, o que faz do

“instrumento de produção”, do “trabalho acumulado, capital”.” (MARX, 2011, p.41).

Portanto, temos a categoria A=relações de produção, C=Capital e, supomos uma outra forma de relação social que medeia os instrumentos de produção historicamente existente B=propriedade comunal. Mas para a economia moderna,  $A = C$ . Seja B ou qualquer outra forma de relação sobre a propriedade simplesmente fogem às eternas leis de produção, ou seja, se  $B \neq C$ , então  $B \neq A$ ,  $D \neq A$ ,  $E \neq A$ , etc.

Mas quando a história mostra,

“pelo contrário, a propriedade comunal (por exemplo, entre os hindus, os eslavos, os antigos celtas etc.) como a forma original, uma forma que cumpre por um longo período um papel significativo sob a figura de propriedade comunal.” (MARX, 2011, p.43).

revela-se então que  $B=A$ . Ou seja, que há “trabalho acumulado”, “instrumentos de produção” sob outra forma de propriedade, a propriedade comunal – com o agravante de cumprirem esse papel por um longo período. Portanto,  $C = A$  e  $B = A$ , porém  $B \neq C$ . Neste caso, tanto B quanto C, no entanto fazem parte de um mesmo todo, ou seja, A. Nesse caso, tanto B quanto C contém as determinações próprias A, sendo estas, portanto determinações universais. Assim, faz parte da crítica aos economistas políticos separar aquilo que é próprio da sociedade burguesa das determinações gerais de todos os estágios, por exemplo: produção material, propriedade (apropriação da natureza), instrumentos de produção, trabalho acumulado, são todos atributos universais da produção da vida em sociedade da história conhecida.

Mas no intuito de conhecer B e conhecer C, é necessário conhecer suas diferenças, aquilo que é específico de cada um. Assim conclui Marx:

“para todos os estágios da produção há determinações comuns que são fixadas pelo pensamento como determinações universais; mas as assim chamadas condições universais de toda produção nada mais são do que esse momentos abstratos, com os quais nenhum estágio histórico efetivo da produção pode ser compreendido” (MARX, 2011, p.44).

Tanto a propriedade comunal dos instrumentos de produção quanto a propriedade privada capitalista são modos de produção da vida humana em sociedade. O conteúdo histórico neste caso é determinante e lógica é obrigada a se adaptar ao conteúdo pesquisado.

Tomemos um outro exemplo. No processo de trabalho o ser humano interage com a natureza, e ao fazer isso, põe-se, em primeiro lugar como uma oposição dentro de uma mesma unidade. Humano e natureza, constituem, assim, uma unidade de contrários. O processo de trabalho é um só. Cada um figura como um pólo, oposto ao outro, dentro de uma mesma unidade, mediados pelo instrumento de trabalho – que podemos chamar de meios de trabalho .

Mas não se defrontam numa relação simplesmente formal, como  $A \neq B$ . Em primeiro lugar, porque o ser humano parte da natureza para diferenciar-se desta. É na atividade de trabalho que torna-se humano, e só executa o trabalho pondo-se em diferença a esta. Nesta relação, há uma identidade dos contrários: humano é também natureza, “ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural”. Natureza, em oposição, também é humanizada no processo pelo ser humano, “ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita ao jogo de suas forças a seu próprio domínio”. Ambos, humano e natureza, com os meios materiais que o rodeiam e fazendo parte do mesmo processo, conduzido pelo primeiro. Ao final, tem-se novos produtos, uma negação daquela natureza inicial, uma natureza transformada pela ação do ser humano. Esta nova natureza, humana, é a negação daquelas condições iniciais que negavam a vida do ser humano. “Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.” (MARX, 1988, p.142).

O princípio dialético da identidade dos contrários aqui opera de maneira fundamental, para entendermos logicamente que, ao fim do processo de trabalho, ao modificar a natureza, o ser humano também se modifica. Partindo do pressuposto materialista, ele dá a noção de que a natureza humana é produzida a partir da própria atividade humana, superando uma interpretação metafísica de algo determinado a partir de fora.

Mas ao produzir, modificar a natureza, o mundo e a si mesmo, o resultado do processo é novamente, humano e natureza, porém nem um e nem outro passaram ilesos no processo, mas encontram-se em outros patamares. Vejamos: o processo se inicia com o humano despertando as forças da natureza por meio de ação subjetiva – o trabalho, então é a negação da condição inicial de inércia. Feito o trabalho, obtém-se o produto. O trabalho, assim, ao encontrar seu objetivo, nega a si mesmo no resultado do produto. A

objetividade inicial é negada pela subjetividade que se nega na objetividade final – ou o princípio de negação da negação.

\*\*\*\*

Forças produtivas e relações de produção são, respectivamente, o conteúdo e a forma de um modo de produção. Umbilicalmente inseparáveis, não podem caminhar independente uma da outra. Constituem por isso, uma unidade de contrários, em que cada um dos polos, não apenas não existe sem o outro, mas também contém o oposto. Não é demais lembrar que não se tratam de relações sociais quaisquer, mas relações *de produção (material da vida)*, que encontram-se ancoradas e condicionadas sobre determinada base material. De outro lado, tal base material, que nada mais é que o conjunto das forças produtivas, só pode encontrar-se no mundo organizada de alguma forma determinada, em relações sociais específicas. O conteúdo não existe sem forma. E a forma vazia de conteúdo não é nada. Um não existe sem o outro, e um também é o outro em alguma medida.

Relações de produção e forças produtivas certamente constituem uma unidade, mas não uma unidade estática. Conteúdo e forma estão em constante movimento, atraindo-se e repelindo-se mutuamente. Se, sob determinadas relações de produção, os seres humanos produzem a vida e com isso produzem ferramentas que facilitam o trabalho, organizam-se em novas formas que tornam a cooperação mais eficiente, criam novas necessidades – desenvolvem assim, sem cessar, as forças produtivas. Em certo momento deste desenvolvimento, aquelas formas de organização social que possibilitavam o desenvolvimento das forças produtivas podem virar um entrave no caminho à continuidade deste mesmo desenvolvimento. Abre-se, então uma fissura naquela unidade, e uma nova unidade só pode ser restituída sob uma nova forma. Neste caso, sob novas relações de produção.

## 4. Análise do fragmento *Introdução à crítica da economia política*

### 4.1. Introdução à *Introdução*

Se é na planta de um edifício que se revelam com maior clareza suas estruturas, então a *Introdução* bem como todo o *Grundrisse* oferecem precioso material por serem os primeiros esboços da grande obra de crítica da economia política. Poderíamos dizer: ali está Marx com a planta em seu canteiro de obra. Trata-se, entretanto, de uma tese controversa e de caráter contraditório.

A controvérsia estaria na validade ou não de tais manuscritos como objeto de pesquisa do método marxiano, já que o próprio Marx aponta, em seu *Prefácio à Para A Crítica da Economia Política*, que os *Grundrisse* foram escritos como monografias “não para serem impressas, mas para minha própria compreensão e cuja elaboração sistemática, segundo o plano dado, dependerá de circunstâncias exteriores” (MARX, 1982, p.23).

Portanto, não foram escritos para a publicação. Mas a citação também expressa, por outro lado, ainda que de soslaio, um outro ponto que deve ser levado em consideração: a relação que tem com sua obra um autor cuja produção teórica nunca foi feita em paz, mas sempre em precárias condições e em meio a participação ativa nas turbulentas movimentações de sua época; como quem prepara o cavalo para intervir no campo de batalha dado pelas “circunstâncias exteriores” - não apenas para compreender o mundo, mas para *transformá-lo*<sup>17</sup>. Assim é que, expulso da Alemanha<sup>18</sup> e no exílio em Londres por ter tomado parte na onda revolucionária que sacudiu a Europa a partir de 1848, escreveu a obra em questão “com uma pressa febril, (...) motivado pelos sintomas de aproximação de uma nova crise cíclica, que Marx acreditava devesse provocar uma onda revolucionária mais violenta na Europa”<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é *transformá-lo*.” (Marx, 2007. p.539).

<sup>18</sup> Dada sua atividade, Marx viverá a maior parte do tempo ao sabor do amargo pão do exílio. Primeiro, é forçado ao auto-exílio da Alemanha em 1843, devido ao clima reacionário em ascensão e o conseqüente fechamento pela censura prussiana do jornal em que trabalhava, a *Gazeta Renana*. Já em 1845 é expulso da França a pedido do governo prussiano. Em seguida, também da Bélgica. Em 1849 é novamente expulso da Alemanha e, buscando asilo em Paris é proibido de se fixar com sua família lá. Finalmente, parte para Londres com auxílio financeiro de uma campanha promovida por Ferdinand Lassalle, onde irá se dedicar intensamente aos estudos em economia e à organização de uma associação de trabalhadores internacional. Não caberia aqui descrever a importância do papel do companheiro Engels nesta trajetória. Basta apenas apontar que ela foi vital e permanente.

<sup>19</sup> Goreneder, Jacob. in MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1982. (Os Economistas). *Introdução*.

A crise econômica não subverteu a ordem capitalista europeia e Marx só dá redação definitiva a uma pequena parte de suas investigações. Publica, então, em 1859, *Para a Crítica da Economia Política*.

A segunda questão que colocaria em cheque a validade dos *Manuscritos de 1857-1858* e, em especial, de sua Introdução, deve-se a um explícito repúdio do próprio autor quanto ao texto. No supracitado *Prefácio* lê-se:

“Suprimo uma introdução geral que havia esboçado, pois, graças a uma reflexão mais atenta, parece-me que toda antecipação perturbaria os resultados ainda por provar, e o leitor que se dispuser a seguir-me terá que se decidir a ascender do particular para o geral.” (MARX, 1982, p. 24).

Não restariam dúvidas, portanto, dada à vontade do autor, que não apenas deixa explícita sua opção de não publicar a *Introdução*, mas tampouco de concluí-la. Vendo a coisa mais de perto, no entanto, encontramos conclusão diversa. Se num primeiro momento está clara sua negação, identificamos na justificativa desta escolha negativa também uma afirmação positiva do fragmento, a saber: como elaboração de *resultados* gerais – ainda que sua antecipação trouxesse perturbações, por se tratarem de resultados ainda por provar.

A questão do *ser ou não ser* da *Introdução* desloca-se assim de uma alternativa simplista quanto a uma suposta polemica de sua validade (que para nós é irrelevante) para a riqueza do paradoxo de que falamos, a saber: o caráter contraditório de uma introdução geral expositiva do método reside no fato de que, no caso do método dialético, os fundamentos metodológicos pressupostos para a compreensão do fenômeno, são também resultado de uma etapa do processo de conhecimento. Assim, a tentativa de uma introdução metodológica geral acabaria se tornando uma *antecipação perturbadora dos resultados ainda por provar*. Seria como colocar a carroça na frente dos bois.

O mesmo dilema é enfrentado por Hegel, cuja influência na obra marxiana é comemorada por alguns e lamentada por outros, porém, absolutamente inegável. Basta lembrar que no posfácio à segunda edição de *O Capital*, Marx, ao comentar a recepção da obra pelo público, referindo-se a um artigo do *Correio Europeu* (de Petersburgo), conclui da seguinte maneira: “Ao descrever de modo tão acertado (...) aquilo que o autor chama de 'meu verdadeiro método', o que descreveu ele senão o método dialético?” (MARX, 1983, p.20). E acrescenta logo em seguida: “A mistificação que a

dialética hegeliana sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente.” (MARX, *ibden*, p.20).

A despeito de toda a crítica que Marx irá fazer à dialética hegeliana, nos interessa particularmente agora o que este conserva de comum. Isso porque, quanto à argumentação expressa por Marx ao não dar sequência à elaboração de uma introdução geral, encontramos problema idêntico na obra de Hegel:

Uma explicação, dessas que se costumam antepor a uma obra qualquer num Prefácio – seja sobre o fim que o autor nela se propôs, seja sobre as circunstâncias ou a relação que ele crê descobrir entre sua obra e outras, anteriores ou contemporâneas que tratem do mesmo assunto -, parece, no caso de um escrito filosófico, não somente supérfluo, mas, em razão da matéria a ser tratada, até inconveniente e oposta à finalidade almejada [...]. A filosofia reside essencialmente no elemento da universalidade, que contém em si o particular, e nela, mais do que nas outras ciências, **parece que a coisa mesmo, e justamente na perfeição de sua essência, deveria exprimir-se no fim e nos resultados finais** (HEGEL apud. PAULA, 2010, p.90, grifo nosso).

Não apenas a coincidência do dilema com que ambos autores se defrontaram, como também foram semelhantes ao recearem o risco de anunciar aspectos universais (resultado) antes de desenvolver o problema a partir dos aspectos particulares até os universais, nos termos de Hegel, ou “ascender do particular ao geral” (Marx).

É com o trecho supracitado que Hegel inicia o prefácio de sua obra *Fenomenologia do Espírito*. O curioso é que, neste caso, contraditório ao seu posicionamento explícito, ele mantém o referido prefácio com o conteúdo metodológico<sup>20</sup>. No caso de Marx, ele suprime a referida Introdução, ainda que, se vistas bem as coisas, também ele não prescinde totalmente da exposição inicial de resultados gerais a que chegou, pois no mesmo *Prefácio a Para a crítica da economia política* afirma: “o resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras (...)” (MARX, 1982, p.25). Segue-se então a famosa passagem em que expõe sinteticamente o resultado geral a que chegou, em que pode-se identificar a operação com as leis da dialética e com o princípio materialista. Usa o método sem discuti-lo.

---

<sup>20</sup> Segundo o padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, estudioso da obra hegeliana, “uma grandiosa introdução ao *Sistema da Ciência* que Hegel projetava publicar na época (...)” (VAZ, H. C.de L., apud. PAULA, 2010, p. 90).

A contradição de uma “introdução metodológica” a um objeto que só pode ser apreendido de fato pelo desenvolvimento explícito da totalidade de seus conteúdos aparece pode ser traduzida também da forma como expõe Hartmann:

“Este é o motivo que torna impossível uma introdução propriamente dita à *Lógica* de Hegel. Não há maneira alguma de indicar de antemão o que nela acontece realmente. Teremos que introduzir-nos imediatamente na própria coisa, no meio do fluxo da dialética; e, como, ao sermos arrastados por ela, estaremos privados de pontos de apoio – de indícios externos por serem exteriores e de internos porque a dialética os absorve – encontramos-nos no princípio imersos num torvelinho e como que atacados de cegueira. Esta impressão não cessará até começarmos a ver no interior das estruturas que emergem dele, e até seguirmos o ritmo peculiar de seu ir e vir como uma ordem legal *sui generis*. Ao experimentar esta mutação, realizaremos no próprio pensar o movimento da lógica e mesmo ter-se-á convertido em pensamento dialético.” (HARTMANN apud PAULA, 2010, p.92).

Temos, portanto, de considerar esta exigência, que parece também ser feita por Marx: sendo o método o próprio método de apreender a coisa pelo pensamento, não se pode separá-lo da coisa em si sem que se sofra uma terrível perda - com os riscos de transformar método em dogma, como procuraremos discutir ao longo do presente trabalho.

O paradoxo é que, se há fatores que nos impediriam de compor uma introdução geral a uma obra dialética e de *indicar de antemão o que nela acontece*, obrigando-nos a *entrarmos imediatamente na própria coisa, no meio do fluxo da dialética, ao realizar no próprio pensar o movimento da lógica* estaremos também ocultando o método. Não haveria então nenhuma discussão a se fazer a respeito de questões de método? Acreditamos que tal conclusão seria mesmo absurda. Toda obra é fruto de processo de trabalho que por sua vez se cristaliza no material genético do produto final. Ocultar o processo de trabalho é querer tomar as coisas pelas aparências, é um golpe fatal para a teoria.

A redação da *Introdução* teve início em 23 de agosto de 1857 e estendeu-se até meados do mês de setembro do mesmo ano, até ser abandonada. A consequência é imediatamente perceptível em algumas passagens do texto, em que lacunas de sentenças e em trechos que ficaram apenas apontados para um posterior desenvolvimento.

## 4.2. Breve história da publicação dos *Grundrisse* sob o estalinismo

A *Introdução* foi publicada pela primeira vez em 1903 na principal revista teórica do Partido Social Democrata Alemão (SPD), *Neue Zeit* (novos tempos). Karl Kautsky<sup>21</sup> foi quem a descobriu no ano anterior em meio aos manuscritos deixados por Marx.

No Brasil, é publicada a primeira vez em 1974, como parte inclusa de *Para a Crítica da Economia Política [Contribuição à Crítica da Economia Política]* (Coleção Os Pensadores, Nova Cultural). Muito provavelmente, sua raiz está naquela edição da *Neue Zeit*, já que os *Grundrisse* compilados só vieram a ser publicados no Brasil muito recentemente, em 2011.

Apesar desta aparição da *Introdução* no alvorecer do século XX, a importância deste fragmento, bem como de todos os *Grundrisse*, só passou a ter reconhecimento no Ocidente com a publicação, na Alemanha Ocidental e Oriental, de obras de comentadores, das quais destacamos os trabalhos pioneiros de Roman Rosdolsky (*Gênese e Estrutura de O Capital*) e de Walter Tuchscheerer (*Bevor. "Das Kapital" entstand. Die Entstehung der ökonomischen Theorie von Karl Marx*), ambas do ano de 1968. Não há tradução para o português da obra de Tuchscheerer, e até onde nossa pesquisa pode alcançar, tampouco para o espanhol, para o inglês ou para o francês. Quanto à obra de Rosdolsky, trata-se de um marco de estrada na trajetória pública ocidental dos *Grundrisse*. Em palestra de Rolf Hecker<sup>22</sup> no ano de 2001,

“Só a partir dos anos 1960 eles passaram a ocupar lugar significativo na história da recepção da obra de Marx, apesar de terem sido publicados em 1939 e 1941, em Moscou, na Rússia, e, em 1953, uma reimpressão fotomecânica da edição anterior, em Berlim, na Alemanha” (Hecker, 2010, p. 51).

A publicação dos *Grundrisse* na União Soviética em 1939-1941 é um capítulo a parte nessa história. Foi por meio da bibliografia da obra de Tuchscheerer que chegou ao conhecimento a personagem de seu primeiro editor, Pavel Lazarevič Veller (Hecker, *ibid.*, p. 52).

---

<sup>21</sup> O “renegado” Kautsky, quadro importante fundador da Social Democracia alemã, conviveu ao lado de Engels e cuidou de boa parte dos arquivos de Marx e Engels após suas mortes. O apelido é de autoria de Lenin, consequência de suas posições reacionárias que também tinha reflexão teórica.

<sup>22</sup> Palestra Rolf Hecker, do projeto MEGA2 (Marx-Engels-Gesamtausgabe). HECKER, Rolf. *A História desconhecida da primeira publicação dos Grundrisse sob o stalinismo*. In: PAULA, João Antônio de (Org.). *O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 51-60.

Era de uma família judia russa. Seu pai era farmacêutico e foi proprietário de uma fábrica em Moscou durante a NEP (Nova Política Econômica), tendo sido condenado por seis anos de prisão por conta deste negócio que só durou de 1921 até o ano seguinte.

Em 1913, com dez anos, Veller é levado pela mãe para a Alemanha para tratamento médico, onde chegará a frequentar a escola técnica da empresa Siemens, mas não tendo atingido o suficiente desempenho do vestibular, passa a trabalhar um tempo como operário da construção civil. Neste íterim, não manteve vínculo com a casa paterna e só retorna à Rússia em 1924 (poucos meses após a morte de Lenin). Logo no ano seguinte inicia seus trabalhos no recém criado Instituto Marx-Engels, sob direção de Riazanov<sup>23</sup>. Passam então a desenvolver o trabalho de “decifrar, ordenar e elaborar os excertos e manuscritos de Marx” (Hecker, 2010, p.53). Com o passar do tempo, Veller mostra exercer seu ofício com um trabalho metucioso distinto, caracterização oficial que receberá da Direção e Comitê do Sindicato, ainda que muito tardiamente e já perto do fim precoce de sua vida.

Desde 1925, quando Veller inicia seus trabalhos editoriais, até a primeira publicação dos *Grundrisse*, em 1939, tem-se o período de acirramento do stalinismo, em que há diversas ondas de “depurações” do Partido, de caça e de expurgos dos opositores (ou não), para não dizer das resoluções mais cabais. O instituto em que se desenvolvia o trabalho de memória de toda obra marxiana, já com o nome de Instituto Marx-Engels-Lenin, não ficará nem um pouco isento de tais atribulações. Também passará por diversas depurações e, a cada reformulação, perdia-se boa parte do trabalho já feito, quando não se colocava em risco a própria continuidade do mesmo.

O caso da perseguição a Riazanov é emblemático do período. Quanto a Pavel Veller, este também foi perseguido e investigado anos a fio, acusado de haver detido em sua residência materiais originais do Instituto. Quando conseguiu provar sua inocência, a situação estava insustentável para o próprio Veller, que, com o trabalho de edição dos manuscritos de 1857-1858 já quase em vias finais, viu-se substituído em sua função e, portanto, todo o seu trabalho expropriado. Escreve em 1936 sua carta de afastamento.

---

<sup>23</sup> David Borisovich Riazanov (1870-1938). Esteve a frente da criação do Instituto Marx-Engels na URSS e do projeto de publicação das obras completas de Marx e Engels (MEGA). A exemplo de tantos outros, sua importância enquanto revolucionário e intelectual foi obscurecida pelo stalinismo, que o condenou, confiscou seus bens pessoais, executou e enterrou seu corpo numa vala comum.

Neste momento, o trabalho de publicação dos *Grundrisse* é interrompido e sua continuidade posta em cheque. Felizmente, algumas reformulações do Instituto depois, Veller assina um contrato para continuidade do trabalho e, em 1939, é publicada a primeira edição dos *Grundrisse* der Kritik der polischen ökonomie pela MEGA, feito que também confere o título à obra. Poderia ser que demorassem muitos anos há mais ou nem sequer houvessem sido publicados, já que logo após veio a II Guerra Mundial.

Após a publicação da primeira edição dos *Grundrisse*, Veller prossegue em conjunto a outros editores o trabalho de uma nova edição em russo das obras de Marx e Engels, e trabalha na organização para a publicação dos manuscritos na segunda edição dos *Grundrisse*. A relação entre o editor e seu trabalho é bem expressa pelo desfecho deste enredo:

“Todos os planos editoriais foram aniquilados em 22 de junho de 1941, quando a Alemanha nazista assaltou a União Soviética. Quando o governo da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas se dirigiu em apelo ao povo soviético para opor-se ao inimigo, Veller imediatamente se apresentou para ir para a frente de batalha. Antes disso, em 28 de junho de 1941, o volume do anexo dos *Grundrisse* foi para o prelo, com uma edição de 3.100 exemplares. É improvável que Veller ainda tenha podido segurar em suas mãos o volume pronto – morreu nas batalhas em defesa da região de Smolensk, em novembro de 1941.” (HECKER, 2010, p. 59).

O período entre a primeira publicação dos *Grundrisse* até sua disseminação pública é marcada em seu miolo pela II Guerra Mundial e, até onde pudemos pesquisar, sabe-se pouco dos valorosos esforços de todos os tipos que devem ter sido feitos para a sua manutenção e disseminação. O próprio episódio do trabalho editorial de Veller e seu vínculo com o Instituto Marx-Engels-Lenin foi esclarecido apenas recentemente. Já Rosdolsky inicia o prefácio de sua obra com estas palavras: “Em 1948, quando o autor deste trabalho teve a sorte de manusear um dos então raríssimos exemplares dos *Grundrisse*, de Karl Marx, logo compreendeu que estava diante de uma obra fundamental para a teoria marxiana” (ROSDOLSKY, 2001, p. 15). Acrescenta ainda que “os *Grundrisse* foram reimpressos em Berlim em 1953. Até então, só havia no mundo ocidental uns três ou quatro exemplares da obra, editada pela primeira vez em Moscou em 1939” (ROSDOLSKY, *ibid*, p.477).

### 4.3. Uma leitura passo a passo da *Introdução à crítica da economia política*

Conhecemos duas traduções da *Introdução* para a língua portuguesa publicadas no Brasil. A primeira, feita por Edgard Malagodi, que consta nas edições que consultamos da coleção *Os Economistas* (1982) e *Os Pensadores* (1999) – ainda que a primeira edição desta tradução seja de 1974.

A segunda edição e que tomamos por base para o presente trabalho é edição da Boitempo (2011) e a tradução é feita por Mario Duayer e Nélio Schneider. Optamos por tomar essa edição mais recente como base para o texto todo, cotejando apenas em alguns momentos de leitura.

O fragmento da *Introdução* como dissemos não foi publicada pelo autor em vida e mesmo sua conclusão foi abandonada. Por isso, nossa leitura apresentou dificuldades, despertou curiosidades, hipóteses e receios. Além de indeterminações, pois há lacunas importantes e raciocínios incompletos. Determiná-las está fora da alçada do presente trabalho.

O texto contém quatro itens, que podem ser resumidos nos seguintes movimentos teóricos:

1) **A produção em geral:** Neste primeiro movimento questiona-se as bases teóricas fundamentais da economia política, sendo as mesmas bases do melhor do pensamento burguês, que ultrageneraliza as relações burguesas de produção para todas as épocas e lugares e o indivíduo e a propriedade privada derivados da natureza humana;

2) **A relação geral entre produção, distribuição, troca e consumo:** a partir da análise detalhada da relação entre as diferentes esferas econômicas, o que faz do item ser de longe o mais longo, demonstra-se que elas compõe um todo orgânico indissociável, em que a produção ocupa o lugar de predominância. Neste ítem percebe-se uma crítica direta a obra de John Stuart Mill como representante maior do pensamento econômico da época;

3) **O método da economia política:** neste item trata-se explicitamente, mais que nos outros, das questões metodológicas. Invoca-se o nome de Hegel para afirmar a superioridade do pensamento econômico do século XIX em relação ao do século XVIII, e se faz um balanço crítico dos economistas do século XIX;

4) *Produção. Meios (forças) de produção e relações de produção, relações de produção e relações de intercâmbio. Formas de Estado e de consciência em relação à relações de produção e intercâmbio. Relações jurídicas. Relações familiares.*: trata-se do último item da Introdução e encontra-se incompleto. É constituído de oito breves apontamentos que dizem respeito ao desenvolvimento da relação entre forças produtivas e uma segunda parte tratando da relação entre estágio social e arte e estética.

#### **4.3.1 Primeiro movimento – crítica à ultrageneralização da sociedade burguesa**

Marx inicia sua *Introdução* com o item *A produção em geral*<sup>24</sup> e anuncia de forma clara seu ponto de partida: “o objeto nesse caso é, primeiramente, a *produção material*” (MARX, 2011, p.39). A produção, é, portanto, o ponto de partida. O mesmo da economia política clássica e, nesse sentido, uma reafirmação de Smith e de Ricardo.

Porém, trata-se de entender a *produção material* para além dos limites convencionais da produção de objetos, ou de coisas úteis à vida. Diz respeito à materialidade da própria produção enquanto ato de produção, como também das condições materiais que determinam a produção. Determinações materiais entendidas como condicionantes de relações de indivíduos produzindo em sociedade “Por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada” (MARX, 2011, p.39). Nesse sentido, descarta o ponto de partida da figura do indivíduo singular e isolado pela qual começam Smith e Ricardo, a que ele chama de *robinsonadas*.

Devemo-nos ater ao termo *robinsonadas*. Aqui é uma alusão à personagem do romance de Daniel Defoe, *Robinson Crusóé*, tradução fiel da idéia burguesa de ser humano. Trata-se de um europeu (homem, branco, cristão, etc.), que sofre um naufrágio e só recobra consciência em uma ilha inabitada por europeus iguais a ele – para a ideologia burguesa, isso se traduz no romance simplesmente como uma ilha inabitada. Ali irá viver suas famosas aventuras, reproduzindo a vida enquanto indivíduo.

Narradas em forma de diário pessoal, a popularidade das aventuras de *Robson Crusóé* também não é a toa. O sucesso deve-se ao fato de estar em sintonia fina com o pensamento da época, que vê tal indivíduo do século XVIII “não como um resultado histórico, mas como um ponto de partida da história.” (MARX, *ibid*, p.40). Assim, o que

---

<sup>24</sup> Na edição de 1982 o mesmo item aparece simplesmente como *Produção*.

na verdade é produto de longas e profundas transformações sociais (“por um lado, da dissolução das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas desde o século XVI”), o indivíduo singular e isolado, é apresentado pelo pensamento da época das revoluções burguesas como algo natural. Isso ocorre na teoria do contrato social de Rousseau, que também é invocado por Marx, e percebemos esta linha de pensamento nas idéias de direito natural de John Locke.

Em Smith, a troca, e, portanto o mercado, aparece como elemento fundante da sociedade, consequência necessária da natureza humana:

“Ela [a divisão do trabalho] é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra.” (SMITH, 1996, p.73).

Como Smith explica a troca senão como uma espécie de *contrato social* entre indivíduos derivado de uma “propensão existente na natureza humana”? À semelhança de Rousseau e o do melhor do pensamento filosófico, político e econômico da época das revoluções burguesas; a sociedade neste caso é produto de um sujeito muito particular: o *indivíduo natural*, personificação da *natureza humana*. Mas, para esse pensamento, toma a forma de ser humano genérico, produzindo o efeito de eternização das relações burguesas. O que é resultado aparece no pensamento como ponto de partida. O produto oculta o processo que lhe dá origem.

Muito longe de ser o ponto de partida efetivo da história, o indivíduo singular isolado é, na verdade, a efetiva realização no século XVIII do ser humano enquanto “animal político”, termo que Marx empresta de Aristóteles:

“O ser humano é, no sentido mais literal, um [animal político], não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade” (MARX; *ibid*; p. 40).

Somente com o estabelecimento da sociedade burguesa (*burgerlich gesellschaft*) é que as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meio para a realização de seus fins privados. E, no entanto, trata-se da época de relações sociais mais complexas e universais até então.

Muito antes de remeterem a um suposto passado natural, as *robinsonadas* são uma antecipação da formação social burguesa que, em decorrência de seu sucesso no campo econômico, passa a se estabelecer a plenos pulmões com vitórias no campo

político ideológico. Então não se restringem ao que Marx considera ser a fina flor da economia política (Smith e Ricardo), mas estendem-se ao que há de melhor no pensamento da época das revoluções burguesas – Rousseau e a teoria do contrato social, por exemplo.

Com a época das revoluções burguesas e o esboroamento da antiga ordem estatal em poeira inaugura-se a época histórica. As antigas relações de produção feudais são dissolvidas. Por todo canto do mundo em que se instalam as contagiosas relações burguesas de produção, as forças produtivas entram em efervescência derrubando antigos regimes. Tudo o que era absoluto e eterno torna-se histórico; tem começo, tem meio... e deve ter um fim.

Conforme a sociedade burguesa mundo como classe dominante por meio de sua artilharia mais pesada – os preços baixos – mas sem dispensar os exércitos, e através das mais variadas formas de processos revolucionários impondo-se enquanto classe na defesa de seus interesses, no momento seguinte é necessário manter este estado de coisas. Isso ocorre por meio de uma série de instrumentos de dominação que constituem o Estado, que funciona como uma ditadura de classe independente da forma que se manifeste. Então na medida em que, num primeiro momento foi preciso despertar as forças produtivas travadas pelo antigo regime que culminaram em processos revolucionários, a burguesia precisará, em seguida, conter estas mesmas forças. O feitiço volta-se agora contra o feiticeiro. Por isso, do ponto de vista da burguesia, se as revoluções foram uma necessidade, passam em seguida a representar uma ameaça fatal. *Houve história, não há mais.*

Podemos então distinguir aqui dois momentos dentro do processo de desenvolvimento da sociedade burguesa. O primeiro denominamos como a época das revoluções burguesas, a respeito do qual Marx afirma que havia razão de ser o ponto de partida do indivíduo singular e isolado<sup>25</sup>. Porém, o segundo momento, o século XIX, época em que, para ele, evidência a decadência da sociedade burguesa, não caberia colocar o pensamento econômico sobre tais bases. Por fim, que seria um ponto a não ser mencionado, “não fosse o disparate seriamente reintroduzido no centro da mais

---

<sup>25</sup> “Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.” (MARX, 1985, p.341).

moderna economia por Bastiat, Carey, Proudhon etc.” a quem acusa de caírem em lugar comum.

O ponto de partida de Marx é, portanto, a produção dos indivíduos socialmente determinada. Por isso, quando está a se falar em produção, esta é sempre em referência a uma determinada forma de relação de produção social da vida. Neste sentido, a ideia de *produção em geral*, portanto, é uma abstração, mas que soa até razoável, pois ela destaca e fixa os elementos comuns a toda a história da humanidade, conferindo-lhe assim unidade. Porém, unidade não é o mesmo que identidade, e é preciso fundamentalmente então distinguir aquelas determinações que são gerais e que, portanto, atravessam todos os períodos, daquelas que são determinações pertencentes a cada época em particular. Do contrário, incorre-se no erro da perda da perspectiva histórica. Por exemplo:

“Nenhuma produção é possível sem instrumento de produção, mesmo sendo este instrumento apenas a mão. Nenhuma produção é possível sem trabalho passado, acumulado, mesmo sendo este trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido. O capital, entre outras coisas, é também instrumento de produção, também trabalho passado, objetivado. Logo, o capital é uma relação natural, universal e eterna; quer dizer, quando deixo de fora justamente o específico, o que faz do ‘instrumento de produção’, do ‘trabalho acumulado, capital’” (MARX, 2011, p.41).

Sem diferenciar o que é universal daquilo que é particular e próprio de uma forma social específica, portanto, incorremos no risco de atribuir status de universalidade a categorias econômicas que são próprias de uma forma social específica, eternizando relações sociais que são históricas. Por exemplo, o capital. Portanto: “Quando se fala de produção, sempre está se falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais” (MARX, 2011, p.41). Rompendo com a identidade estabelecida pela economia política entre produção e produção capitalista, podemos perceber que Marx opera com o conceito de modo de produção como a relação entre o particular e o geral, e que é bem apresentado na já referida passagem célebre do *Prefácio de Para a Crítica da Economia Política*:

“na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas

relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade (...). O modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social, política e espiritual.” (Marx, 1982, p. 25)

Trata-se, enfim, de, reconhecendo que o sujeito de toda a produção é a humanidade e que o objeto é a natureza, isto é, que a produção tem como pressuposto essas duas determinações universais<sup>26</sup>, apreender os modos necessários de como, ao fim e ao cabo, ocorre esta produção e reprodução da vida em uma sociedade determinada. Produção social da vida que, para se realizar, tem de – antes de mais nada<sup>27</sup>– desprender-se dessa condição abstrata e se pôr no mundo a partir de formas concretas de existência com relação a:

- i) o sujeito social humano em atividade<sup>28</sup>;
- ii) os objetos da produção (natureza e matérias-primas);
- iii) os instrumentos de produção (trabalho acumulado em ferramentas, máquinas, técnicas, etc.)<sup>29</sup>.

De forma análoga, Marx afirma que, assim como não há produção em geral do ponto de vista histórico – pois, como procuramos demonstrar acima, quando nos referimos à produção, estamos sempre nos referindo a um determinado estágio de desenvolvimento social – “também não há igualmente produção universal”, pois por outro lado “a produção é sempre um ramo particular da produção – por exemplo, agricultura, pecuária, manufatura, etc. - ou uma totalidade.” (Marx, *ibid*, *ibid*).

“Mas a economia política não é tecnologia. Desenvolver em outro lugar (mais tarde) a relação das determinações universais da produção, em um estágio social dado, com as formas particulares de produção. Finalmente, a produção também não é somente produção particular.” (Marx, *ibid*, *ibid*).

Por um lado, não existe efetivamente produção universal, pois ela é uma abstração das atividades concretas. Por outro lado, cada atividade concreta não existe somente em si mesma posto que, assim como os sujeitos da produção não existem como

---

<sup>26</sup> Ousamos apontar uma leve divergência com João Antônio de Paula quando este afirma que, na obra marxiana, o sujeito (humanidade) e objeto (natureza) seriam determinações aistóricas, “como se o homem não tivesse sempre diante de si uma natureza histórica e uma história natural.” (MARX, 2007, p.31).

<sup>27</sup> “(...) devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’.” (MARX, 2007, p.32).

<sup>28</sup> O ser humano vivendo em sociedade, ou seja, o ser social, que nas sociedades de classes encontra-se cindido em trabalhadores e não-trabalhadores.

<sup>29</sup> “Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.” (MARX, 1982, p. 150).

os indivíduos singulares isolados das *robinsonadas*, mas são socialmente determinados, suas atividades também o são.

Assim, a produção universal, assim como a produção em geral, é uma abstração. Quando falamos em produção, portanto é sempre uma produção determinada, “é sempre um certo corpo social, um sujeito social em atividade em uma *totalidade* maior ou menor de ramos da produção (Marx; *ibid*; *ibid*).

Ao tratar de produção universal e atividades particulares da produção, a contribuição de Isaak Rubin nos parece fundamental à compreensão desta relação. Diz o economista Russo:

“As atividades concretas das pessoas no processo de produção técnico-material pressupõem relações de produção concretas entre essas pessoas, e vice-versa. O *objetivo último* da ciência é compreender a economia capitalista como um todo, como um sistema específico de forças produtivas e relações de produção entre as pessoas. Mas para aproximar-se deste objetivo último, a ciência tem de separar, de início, através da abstração, *dois diferentes aspectos* da economia capitalista: o técnico e o sócio-econômico, o processo de produção técnico-material e sua forma social, as forças produtivas materiais e as relações de produção sociais.” (RUBIN; 1987; p.14).

A ciência, ou melhor, o desenvolvimento que da ciência a partir das relações burguesas, tem o longo e explosivo florescimento que caracteriza o racionalismo, a assim chamada saída da idade das trevas, o iluminismo, e toda aplicação do conhecimento conseqüente à assim chamada revolução industrial. Em um certo sentido da produção do conhecimento, avança no sentido afirmado por Rubin de separar, de início, através da abstração, estes diferentes aspectos, formando assim as ciências particulares da engenharia social, por um lado, e da *Economia Política teórica*, por outro. A primeira tendo por objeto o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade e a outra tratando das relações de produção específicas da economia capitalista. Cada uma dessas ciências, lidando com apenas um aspecto de todo o processo social de produção pressupõe a presença do outro aspecto, ainda que por muitas vezes isso seja esquecido<sup>30</sup>. Longe disso, as forças produtivas e as relações de produção formam juntamente uma unidade em que cada uma constitui um polo, contrário ao outro, mas que uma não existe sem a outra. Este ponto é essencial na teoria de Marx. Será exposto, por exemplo em *O Capital*, no duplo caráter da mercadoria:

---

<sup>30</sup> É possível observar o cúmulo da abstração ali onde a sociedade costuma buscar respostas a seus problemas mais concretos: especialmente nos *especialistas*.

valor-de-uso X valor. Trabalho concreto X trabalho abstrato. Coisa fruto de trabalho útil que por suas propriedades satisfaz as necessidades humanas X trabalho humano abstrato socialmente necessário. Ou seja, o aspecto técnico material X relação de produção.

Isto nos leva ao próximo passo e conclusivo deste primeiro item da *Introdução*, e que serve de gancho para o próximo movimento interno ao texto, a crítica da separação entre as diferentes esferas da produção, distribuição, circulação e consumo. Marx ataca o modo como os economistas habituaram-se a isolar a esfera da produção ao tratar de seus aspectos gerais, muitas vezes dando a ela um tratamento precedente à análise da economia. Tratando da produção em separado, executa-se um duplo movimento: em primeiro, a eternização das relações de produção através de leis gerais imutáveis postuladas; em segundo lugar, mantendo tal separação, a promoção da possibilidade ilusória de que toda a economia pode mudar a despeito daquelas leis eternas. Eis a bronca:

“Para os economistas (...) a produção deve ser representada – veja, por exemplo, Mill -, à diferença da distribuição etc., como enquadrada em leis naturais eternas, independentes da história, oportunidade em que as relações *burguesas* são furtivamente contrabandeadas como irrevogáveis leis naturais da sociedade *in abstrato*. Esse é o objetivo mais ou menos consciente de todo o procedimento. Na distribuição, em troca, a humanidade deve ter se permitido de fato toda espécie de arbítrio.” (MARX, 2011, p. 42)

Aparece aqui o nome de John Stuart Mill, com quem Marx trava duelo e contra o qual desenvolverá boa parte de sua crítica, como fica claro no movimento seguinte da *Introdução*.

A despeito da naturalidade com que trata das leis de produção, entre as leis da distribuição e leis da produção, Mill estabelece que:

“As leis da distribuição, diferentemente das leis da produção, são em parte obra de instituições humanas: já que a maneira segundo a qual se distribui a riqueza, em uma sociedade determinada, depende das leis e dos costumes da época.” (MILL, apud PAULA, 2010, p. 96)

Como considerava as leis de distribuição independentes das leis de produção, a perspectiva social de Mill apregoava o aperfeiçoamento das instituições humanas e a melhoria das classes trabalhadoras pela sua crescente independência política e educação, cujo “resultado seria que *a população decresceria gradualmente, em relação ao capital e emprego*” (DOBB, 1977, p.174, grifos nossos).

Para Marx, a separação rígida entre produção e distribuição, mais que um equívoco teórico, atendia a certos interesses de classe, como também tem o mesmo sentido a discussão sobre propriedade como fundamento da distribuição, em particular da propriedade privada.

Marx conclui este primeiro movimento tocando, ainda que brevemente, nestes dois pontos importantes: “propriedade” e “da sua proteção pela justiça, polícia, etc.”:

i) Com relação à propriedade, revela a tautologia que é considerar a sua existência como condição à produção. Isto porque “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade.” (MARX, 2011, p.43). Mas esta rubrica aparece na obra dos economistas como ultrageneralização da forma específica da propriedade privada, contra o que o autor argumenta:

“a história mostra, pelo contrário, a propriedade comunal (por exemplo, entre os hindus, os eslavos, os antigos celtas, [e poderíamos estender a diversos povos originários das Américas,] etc.) como a forma original, uma forma que cumpre por um longo período um papel significativo sob a figura de propriedade comunal.” (MARX, *ibid*; *ibid*).

ii) Quanto a “justiça, polícia, etc.”, estabelece que, criadas para “salvaguardar o adquirido, etc.”, é porque são consequência necessária da forma de propriedade privada e, portanto da relação de produção. Para Marx, escancara que o “estado de direito” pretendido como direito universal é tão somente uma outra forma do direito do mais forte.

Fica por fim estabelecido que o objeto de estudo é, de fato, a moderna produção burguesa. Esta possui, evidentemente, também características gerais de todas as épocas da produção. No entanto,

“as assim chamadas *condições universais* de toda produção nada mais são do que esses momentos abstratos, com os quais nenhum estágio histórico efetivo da produção pode ser compreendido” (MARX, 2011, p.44).

Deve-se, então, separar o que está junto e juntar o que está separado. Separar aquilo que é próprio do modo de produção burguês, do capitalismo, revelando o caráter histórico daquilo que aparece como natural. Ao mesmo tempo, articular aquilo que se encontra fragmentado. Mostrar como as diferentes esferas que aparecem como casualmente relacionadas, como por exemplo, as relações de produção e as leis que

regem a distribuição da riqueza, formam um todo orgânico, em que uma deriva da outra, de modo “que toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, formas de governo etc.” (MARX, 2011, p.43).

#### 4.3.2. Segundo movimento – crítica da separação

No segundo item da Introdução, é analisada *A relação geral entre produção, distribuição, troca e consumo*. Marx parte da forma como cada uma destas esferas aparecem distintas umas das outras nos seguinte termos:

“[Na] representação superficial claramente perceptível: na produção, os membros da sociedade apropriam (elaboram, configuram) os produtos da natureza às necessidades humanas; a distribuição determina a proporção em que o indivíduo singular participa destes produtos; a troca o provê dos produtos particulares nos quais deseja converter a cota que lhe coube pela distribuição; no consumo finalmente, os produtos devem ser objetos de desfrute, da apropriação individual” (MARX, 2011, p.44).

Esta forma de exposição, em que são separadas rigidamente as diferentes esferas é traço marcante da obra de John Stuart Mill, *os Princípios de Economia Política*, tornando mais explícito ainda o combate. A escolha de Mill como alvo interlocutor não é a toa, pois seus *Princípios de Economia Política* foram referência hegemônica do pensamento econômico ao longo de décadas, além de considerado como continuador legítimo da economia política, especialmente de Ricardo, com quem chegou a relacionar-se pessoalmente ao longo de sua juventude. Segundo Maurice Dobb(1977),

“Sem dúvida que a certa altura foi considerado o representante da ortodoxia ricardiana (...) Bagehot aludiu à sua “influência monárquica” sobre os seus contemporâneos, e afirmou que, a partir de então, todos os estudantes “passaram a ver a questão com os olhos de Mill”; acrescentando que “viam em Ricardo e Adam Smith aquilo que ele lhes dizia que vissem.” (DOBB, 1977, p.155).

Mill com certeza assimila muitos elementos da obra de Smith e Ricardo, mas não o princípio do valor-trabalho. Marx formula a crítica da economia política, mas não abre mão do princípio do valor-trabalho. Neste sentido, Marx é antagônico a Mill. Publicados no ano de 1848<sup>31</sup>, os assim chamados *Principles* de Mill são organizados em

<sup>31</sup> “A revolução continental de 1848 também repercutiu na Inglaterra. Homens que ainda pretendiam ter algum significado científico e que queriam ser algo mais do que mero sofistas e sicofantas das classes dominantes procuravam sintonizar a Economia Política do capital com as reivindicações não mais ignoráveis do proletariado. Daí surge um sincretismo desprovido de espírito, cujo melhor representante é

cinco seções: *Produção; Distribuição; Troca; Influência do progresso da sociedade sobre a produção e a distribuição; Influência dos governos.*

Naquela forma inicial de exposição, as diferentes esferas são expostas ainda à semelhança de como os economistas as organizam. Desenvolve-se então as relações estabelecendo agora as seguintes conexões:

“A produção aparece como ponto de partida; o consumo, como o ponto final; a distribuição e a troca, como o meio-termo, o qual, por sua vez, é ele próprio dúplice, uma vez que a distribuição é o momento determinado pela sociedade e a troca, o momento determinado pelos indivíduos. Na produção, a pessoa se objetiva, na pessoa [consumo], a coisa se subjetiva; na distribuição, a sociedade assume a mediação entre produção e consumo sob a forma de determinações dominantes; na troca, produção e consumo são mediados pela determinabilidade contingente do indivíduo.” (MARX, *ibid*, *ibid*).

Constitui-se o que Marx chama de um autêntico silogismo, ou seja: dadas as premissas de *universalidade* (produção) e de *particularidades* (distribuição/troca), chega-se à *singularidade* (consumo). Procuramos expor de forma semelhante a um diagrama apresentado por João Antônio de Paula (2010, p.100) da seguinte forma:

Ponto de partida	✱	Universalidade	✱	Produção	✱	Sociedade
Meio-termo	✱	Particularidade	✱	Distribuição	✱	Sociedade
				Troca/Circulação	✱	Indivíduo
Ponto final	✱	Singularidade	✱	Consumo	✱	Indivíduo

Segundo o próprio autor, “esta é certamente uma conexão, mas uma conexão superficial”, e as consequências desta superficialidade são que:

- i) A produção permanece sendo determinada por leis universais gerais;
- ii) A distribuição, sendo causalidade social derivada de instituições humanas maleáveis por leis e costumes;
- iii) A troca aparece como movimento formal entre distribuição e produção;

Stuart Mill.” (MARX,1988,p.23).

iv) O consumo, como ato conclusivo, é situado fora da economia, exceto quando retroage ao ponto de partida, consumo na produção.

Como vimos, Marx está a combater o método que separa rigidamente as diferentes esferas cujas consequências principais são, por um lado, a eternização das relações de produção burguesas e, por outro, a ilusão de que as leis de distribuição são maleáveis e independentes da produção; que então bastaria apenas o aperfeiçoamento das “instituições humanas” para sanar os problemas sociais. Porém, é importante que se diga, Marx não censura a economia política por esta cisão. Ao contrário, faz um alerta neste sentido em que procura diferenciar-se dos adversários dos economistas políticos:

“Os adversários dos economistas políticos – seja no interior, seja no exterior de seu âmbito -, que os censuram pela bárbara cisão daquilo que é relacionado, estão no mesmo terreno deles ou mesmo em nível inferior ao deles. Nada é mais corriqueiro que a censura aos economistas políticos por conceberem a produção exclusivamente como um fim em si. A distribuição seria igualmente importante. Como se a dissociação não fosse passada da realidade aos livros-texto, mas inversamente dos livros-texto à realidade, e como se aqui se tratasse de um nivelamento dialético de conceitos e não da concepção de relações reais!” (MARX, 2011, p.45).

Parece-nos evidente que as conexões estabelecidas até agora entre produção, distribuição, troca e consumo são para Marx insuficientes e que, portanto, é preciso aprofundá-las. O passo seguinte da *Introdução* é avançar para além das conexões estabelecidas no silogismo, trata-se de “captar mais detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear a sua conexão íntima. Só depois de concluído este trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (MARX, 1985, p.27). Segue-se então uma análise minuciosa das seguintes relações:

**a) Produção e consumo;** em que a produção é também imediatamente consumo, e o consumo é também imediatamente produção.

**b) Produção e distribuição:** em que uma mudança da distribuição pode modificar a produção. Não como distribuição dos produtos, mas como distribuição dos agentes e instrumentos de produção.

**c) Troca e circulação:** em que a troca aparece em todos os momentos ou diretamente contida na produção, ou determinada por ela. Por sua vez, na medida em que a troca é mediadora entre consumo e produção e distribuição, e que o próprio consumo aparece como momento da produção, a troca também está evidentemente incluída como momento da produção.

A produção então é realizada como consumo objetivo e como consumo subjetivo. Mas também como consumo produtivo e improdutivo.

A produção e a distribuição são dois lados da mesma moeda: formas de manifestação do capital: i) como agente da produção – terra, trabalho e capital; ii) como repartição dos rendimentos – renda da terra; salário; lucro e juro.

A circulação é a troca considerada em seu conjunto. A troca, por seu turno, deve ser considerada como um momento da produção, exceto ao servir como meio ao consumo.

Marx sintetiza a unidade do processo de produção, distribuição e circulação:

“O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade” (MARX, 2011, p.53).

Classificamos esta operação como crítica da separação e vimos que, ao reconstituir as diferentes esferas em um todo orgânico, estabelecendo suas interconexões, alteram-se também seus aspectos particulares.

Mesmo assim, Marx estabelece a predominância da produção sobre outros momentos, pois “é a partir dela que o processo sempre recomeça” (*idem*, p 53) e que, portanto, “uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, vem como *relações determinadas desses diferentes momentos entre si*” (MARX, 2011, p.53). Isto não deve ser compreendido como se a produção fosse uma esfera autodeterminada e independente das outras esferas. Ao contrário, o que existe é “uma interação entre esses diferentes momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico” (MARX, 2011, p.53).

Este caminho de retorno ao todo é crucial para o método de Marx e as consequências teóricas que dele derivam. Lembremos que Marx está fazendo crítica ao pensamento burguês da época, para o qual “é evidente que, entre as duas grandes partes da Economia Política – a produção da riqueza e sua distribuição -, a consideração do valor só tem a ver com esta última (...)” (MILL, 1983. V.II, p.3). Pois é somente mostrando que, apesar de distintas, *produção* e *distribuição* compõe uma mesma unidade que é possível provar que o valor expresso no preço das mercadorias tem sua origem na produção. E só assim que se pode compreender que o valor que sobressalta

aos custos de produção, o lucro, provém da produção, apesar de se expressar na distribuição. *A mais-valia está na todo.*

### **4.3.3. Terceiro movimento – o método da economia política e sua crítica; plano geral de estudo**

Marx parte para o terceiro item de sua *Introdução*, para a discussão mais nítida d'*O Método da Economia Política*, propriamente dito. Aqui, os conceitos, suas determinações e interconexões são colocados de maneira mais precisa – o que não significa dizer que isto seja feito de maneira simples, ainda mais se considerarmos o caráter inconcluso desta *Introdução*. O pensamento filosófico neste ponto torna-se mais evidente tanto quanto o necessário, e a presença de Hegel fica explícita. Seu nome é invocado para decidir a questão do que Marx considera ser o método cientificamente correto da economia política.

Em primeiro lugar nos é apresentado o caminho que tomou o pensamento econômico em sua gênese:

“Os economistas do século XVII, p. ex., começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc.; mas sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor etc., que descobrem por meio da análise.” (MARX, 2011, p.54).

Um exemplo de tal via é William Petty, a quem Marx considerou fundador da Economia Política. Aproveitando a vasta extensão de dados que a racionalidade peculiar da produção capitalista passa a disponibilizar, Petty publicou a *Aritimética Política* que, a partir do levantamento empírico e análises quantitativas, deduz conceitos fundamentais como o valor e a quantidade de meio circulante necessária para o funcionamento de uma determinada economia. Seu método pode ser visto como uma espécie de precursor da estatística econômica e da econometria (que procuram ocultar hoje em seu caráter político).

Partindo do concreto em direção ao abstrato, os economistas do século XVII chegaram então nas determinações mais simples, as singularidades como: divisão do trabalho, dinheiro, valor, etc. Este trabalho estabeleceu os germens férteis dos quais a economia política brota, porém, a realidade concreta, o ponto de partida, a população, ainda permanece como uma “representação caótica do todo”.

Para sanar este problema, continua Marx, o método a ser utilizado na economia política deve ser o inverso, ou seja, partir dos conceitos abstratos formulados, das singularidades estabelecidas, em direção ao todo concreto. É este o rumo tomado pelos economistas do século XVIII e início do XIX, por Smith e Ricardo: uma “uma viagem de retorno”, chegando novamente ao todo concreto, porém, um todo de concreto pensado, “uma rica totalidade de muitas determinações”. Esta segunda via, partindo do abstrato em direção ao concreto foi a que possibilitou a compreensão da economia como um sistema complexo, não apenas caótico. Diz Marx:

“Tão logo esse momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do mais simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial.” (MARX, *ibid.*, *ibid.*).

Mas não seria este o procedimento equivocando de compreender a realidade econômica?

“O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida efetivo da intuição e da representação.” (MARX, 2011, p.54).

Tendo a citação acima como base, vejamos mais de perto nossos conceitos. Quando tratamos de anunciar que aquela primeira via dos economistas do século XVII parte do concreto, o seu ponto de partida é, na verdade, resultado. Sendo síntese de múltiplas determinações, se apresenta ao pensamento ao mesmo tempo em que oculta o próprio processo de sua síntese. Desmonta-se então o produto e descobre-se os diferentes elementos que o compõe. Mas isso não nos diz nada, de imediato, sobre seu funcionamento. Ficamos no reino das determinações abstratas. É preciso então, tomar a segunda via: a partir destas abstrações, prosseguir de volta ao concreto. Porém, agora, como processo de síntese, como composto de nexos causais entre suas partes elementares. Esta segunda via é a que procura seguir a economia política. Desta forma:

“Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à *reprodução do concreto por meio do pensamento*” (MARX, *ibid.*, *ibid.*).

Reproduzir o concreto por meio do pensamento. É neste momento que o nome de Hegel é invocado. Isto porque o método anunciado como o cientificamente correto, “o método de ascender do abstrato ao concreto”, é o caminho da dialética proposto pelo filósofo alemão. Esse caminho de “reprodução do concreto por meio do pensamento” é apreender o processo de sua entificação, ou seja, o caminho do ser tornando-se aquilo que é. E a lógica dialética é o modo como o pensamento se organiza para reproduzir este processo, aprendê-lo.

Chegamos assim a um nó: em pleno processo de elaboração da crítica da economia política, Marx está a afirmar o método da economia política como cientificamente correto, cuja justificativa encontra-se na dialética hegeliana. Seria isto uma inconsistência da linha de raciocínio de Marx. Neste ponto, achamos válida a ponderação de João Antônio de Paula:

“Poderá parecer desconcertante que Marx recorra a Hegel para legitimar os procedimentos metodológicos da economia política. De fato, esse procedimento está longe de ser arbitrário e permitirá a Marx não só estabelecer a grandeza teórica da economia política, quanto suas limitações, como também, na mesma operação, explicitar a “suprassunção” da dialética hegeliana que Marx está realizando mediante a concretização da *crítica da economia política*, que é crítica ao conjunto das formas de *existência* quanto das formas de *consciência* da sociedade burguesa.” (de PAULA, 2010, p.102).

Assim, ao mesmo tempo em que afirma a dialética hegeliana, Marx também a nega na medida em que aponta a ilusão de Hegel ao confundir este movimento do pensamento de se apropriar do real da maneira que lhe é possível com o movimento de constituição do próprio real, com sua história efetiva. Diz Marx:

“o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto.” (MARX, 2011, p.54).

A “ilusão hegeliana” não carece de sentido, já que a compreensão da realidade como totalidade por meio do pensamento só pode mesmo ser produto do próprio pensar, apesar de ser uma tautologia. Fica parecendo por isso que o real é realmente constituído a partir das categorias mais simples que, ao relacionar-se umas com as outras dialeticamente, sintetizam-se numa totalidade multilateral e inter-determinada produzindo a própria realidade complexa como concreto. Isto em parte é verdade.

Porém, somente na medida em que se trata de um concreto no pensamento, um concreto pensado, ou seja, da reprodução do concreto na forma de pensamento e, assim, este é o processo efetivo do pensamento em compreender a realidade complexa, mas não o processo efetivo da realidade em sua constituição.

Concordamos que não há nada de errado, portanto, no fato de Marx afirmar a economia política ao procurar negá-la. Este movimento é natural da crítica da economia política, tanto da economia política quanto da dialética hegeliana. Trata-se de executar supressão<sup>32</sup> de ambas.

Aqui vem à tona o princípio de determinação materialista, pois, aponta Marx, bem vistas as coisas, a atividade teórica, ou seja, o próprio ato de pensar, pressupõe a existência do

“sujeito real [que], como antes continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comporta apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação.” (MARX, 2011, p.55).

Trata-se de determinar a pressuposição da matéria à ideia. Mas não só, pois essa é uma operação de consequências muito maiores para o método da economia política que possa parecer a primeira vista.

Portanto, vimos que tal método era correto na medida em que constitui o concreto no pensamento através da síntese de múltiplas determinações, partindo das categorias mais simples. Mas de onde vem tais categorias? Nos movimentos anteriores da Introdução vimos como Marx crítica o pensamento burguês mais refinado, incluindo a economia política, por fundarem a sociedade humana a partir das categorias mais simples, como a troca e o indivíduo, mas sem nem sequer dar satisfações quanto à origem de tais categorias, quando no melhor dos casos, atribuindo-lhes existência prévia na natureza humana – mas à esta natureza parece que nada precede.

Ao pressupor o ser pensante ao pensamento, Marx clama pelo sujeito do pensamento, um sujeito real, vivente da realidade complexa. A consequência fundamental desta “inversão materialista” é, portanto, que mesmo a categoria mais simples “não pode jamais existir, exceto como relação abstrata, unilateral, de um todo

---

<sup>32</sup> O verbo *suprassumir* é pretendido como tradução para *aufheben* que, em alemão possui os seguintes significados: levantar, sustentar, erguer, anular, abolir, destruir, revogar, cancelar, suspender, conservar, poupar, preservar.

vivente, concreto, já dado” (MARX, 2011, p.55). Marx fornece como exemplo o valor de troca como a categoria econômica mais simples e que, no entanto, “supõe a população, população produzindo em relações determinadas; [supõe] também certo tipo de família – ou comunidade – ou de Estado etc.” (MARX, ibd. Ibid.).

A existência de categorias mais simples, portanto pressupõe a existência das categorias mais concreta, das quais aquelas que são apenas uma visão parcial, unilateral. No entanto isso leva a seguinte questão colocada por Marx: “essas categorias simples não têm igualmente uma existência independente, histórica ou natural, antes das categorias mais concretas?” (MARX, 2011, p.55).

A esta altura do texto em que se discute patentemente o método da economia política enquanto método de exposição dialética, fica patente a importância do seu elemento oposto, e pressuposto, o método de pesquisa.

Chama a nossa atenção, o modo como Marx desenvolve a categoria trabalho.

O terceiro movimento encerra-se com a seguinte proposta de roteiro para a redação da crítica da economia política:

“1) as determinações universais abstrata, que, por essa razão, correspondem mais ou menos a todas as formas de sociedade (...). 2) As categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais se baseiam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. As suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre elas. Circulação. Sistema de crédito (privado). 3) Síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerada em si mesma. As classes “improdutivas”. Impostos. Dívida pública. Crédito público. A população. As colônias. Emigração. 4) Relação internacional da produção. Divisão internacional do trabalho. Troca internacional. Exportação e importação. Curso do câmbio. 5) O mercado mundial e as crises.” (MARX, 2011, p.61).

Sabemos que o plano sofreu modificações. *O Capital* foi publicado em apenas três livros, em que pese a finitude da vida individual do autor. Entre os presentes manuscritos de 1857-1858 e a publicação do primeiro volume de *O Capital*, foi-se uma década e mais duas compilações de manuscritos: os chamados manuscritos de 1861-1863 e os de 1863-1865, cujo estudo metuculoso pode ser encontrado na obra de Rosdolsky. Quanto a este roteiro inicial, parece que o essencial foi mantido:

“Depois de estudar os manuscritos de *O Capital*, podemos concluir que Marx nunca abandonou definitivamente os últimos três dos seis livros planejados. Eles estavam destinados a um desdobramento da obra. Por isso a verdadeira modificação do plano só diz respeito aos livros I, II, III” (ROSDOLSKY, 2011, p.58).

#### 4.3.4 Quarto movimento – apontamentos da dialética base-superestrutura e arte

A dificuldade de compreensão desta última parte da Introdução deve-se ao fato de aqui, mais que nas passagens anteriores, estarem contidos apenas apontamentos a serem desenvolvidos.

Há também duas partes. Na primeira, elencados oito pontos julgados importantes, para não serem esquecidos na formulação da obra posterior. Uma espécie de complemento ao plano geral acima posto. Na segunda parte, uma discussão da relação entre estágio de desenvolvimento social e a arte.

Os oito elementos encadeado por Marx, bem como o título do item, remetem a aspectos que Marx considera importantes de não serem esquecidos quanto à relação entre *base real e superestrutura*, à concepção de que o “modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual” (MARX, 1982, p.25).

São considerados os seguintes pontos:

1) Guerra e paz: o desenvolvimento de certas relações econômicas (trabalho assalariado, maquinaria, etc.) são desenvolvidos antes pela guerra e no interior dos exércitos do que no interior da sociedade burguesa. Relação entre força produtiva e intercâmbio no exército.

2) Filosofia da história. Relação entre historiografia ideal e real. Historiografia “dita objetiva” e subjetiva.

3) Relações de produção *transpostas e derivadas*. Segundo Marx: “Aqui entram em jogo as relações internacionais” (MARX, 2011, p.62).

4) *Objecções ao materialismo dessa concepção. Relação com o materialismo naturalista.*

5) Dialética dos conceitos força produtiva (meios de produção) e relação de produção.

6) A relação desigual do desenvolvimento da produção material com, por exemplo, o desenvolvimento artístico. Diz Marx: “Não conceber de modo algum o conceito de progresso na abstração habitual” (MARX, 2011, p.62). O desenvolvimento desigual das relações de produção como relações jurídicas. Por exemplo: a relação do direito romano com as modernas relações de produção.

7) A história universal não existiu sempre; a história como história universal é resultado.

8) Determinantes naturais, subjetiva e objetivamente. Tribos, raças, etc.

Alguns pontos são em grande medida indeterminações e não compete a nosso trabalho especular sobre seus desenvolvimentos particulares. No entanto, o que podemos apontar é que, no conjunto, há uma preocupação do autor em nutrir o desenvolvimento das categorias de relações de produção com a história concreta. Seguindo neste sentido, o que aparece expresso mais de uma vez, é o desenvolvimento desigual e combinados das categorias que formam a base econômica e a superestrutura da sociedade.

Vemos que, ao apontar tais elementos da estrutura econômica da sociedade, Marx opera na linha de totalidade e não mais nas categorias definidas pelos economistas políticos que aparecem na teoria como pontos de partida isentos de história e conteúdo social. Ao contrário, vimos como as categorias simples pressupõe sempre uma realidade social dada, multilateral.

Isto serve também para refutar aquela monótona acusação de determinismo à respeito da relação entre estrutura econômica da sociedade e superestrutura. Em carta de 5 de agosto de 1890, Engels já protestava em relação a este mal entendimento, que, em boa parte dos casos, podemos supor ser um entendimento mal:

“De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante *final* na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o *único* determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. (...) É necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhe as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc. que lhes correspondem.” (ENGELS, 1890).

A *Introdução* se encerra com um belo fragmento a respeito da relação entre estágio social e arte, em que Marx invoca a arte grega. Nele, se discute que algumas formas de arte, “a epopeia, por exemplo”, não mais são possíveis a partir do desenvolvimento da própria produção artística – e que no entanto são formas significativas da arte, basta dizer que inspirações até os dias atuais. Mas, questiona Marx, dado que a arte grega se baseia na mitologia grega, como ficariam a imponência

de seus deuses frente ao grau de desenvolvimento das forças produtivas que se chegou no capitalismo?

“Toda mitologia supera, domina e plasma as forças da natureza na imaginação e pela imaginação; desaparece, por conseguinte, com o domínio efetivo daquelas forças. (...) Mas a dificuldade não está em compreender que a arte e o epos gregos estão ligados a certas formas de desenvolvimento social. A dificuldade é que ainda nos proporcionam prazer artístico e, em certo sentido, valem como norma e modelo inalcançável.” (MARX, 2011, p.63).

Se a mitologia supera na imaginação e pela imaginação as forças da natureza, sem, no entanto, dominá-las efetivamente, a humanidade, que atualmente se encontra num estágio social de elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas e de “domínio efetivo daquelas forças” já não pode mais invocar os deuses da mitologia antiga para tratar de seus desígnios. Ao contrário, a natureza que joga a humanidade a toda sorte, que realiza milagres como voar, locomover sobre a água, visitar astros, plantar e levar água no deserto, mover montanhas, etc., mas que também mata seres humanos aos milhões, provoca epidemias, soterra cidades inteiras sob a lama contaminada com elementos nocivos à saúde, esta natureza, ao contrário, é uma natureza humana, é produto da própria humanidade ao produzir sua natureza sob determinadas relações de produção.

Conclui, enfim, que tal encanto em relação à arte grega reside justamente no fato “de que as condições sociais imaturas sob as quais nasceu, e somente das quais poderia nascer, não podem retornar jamais.” (MARX, *ibid.*, *ibid.*).

## 5. O método da crítica da economia política aplicado

### 5.1 Método de pesquisa

Pretendemos neste item fazer um pequeno estudo do método da crítica da economia política não por sua discussão, mas por sua aplicação. Tomamos de início alguns apontamentos subjacentes à publicação de *O Capital*, tanto no prefácio à primeira edição quanto no posfácio à segunda edição, feitos por Marx a respeito de questões metodológicas. Seguimos adiante com o estudo do primeiro capítulo da obra, *A Mercadoria*, a partir da constatação de que o autor descreve a mercadoria per um método expositivo dialético – a mercadoria nos é apresentada ao menos três vezes ao longo do capítulo: no início, como uma categoria simples e, ao final, como “uma rica totalidade de muitas determinações”.

Assim, podemos encontrar no prefácio à primeira edição e no posfácio à segunda edição de *O Capital* indicações a respeito do método utilizado na obra. Nesse caso, trata-se do método dialético como método de exposição.

O objeto da investigação anuncia Marx, “é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação.” E complementa em seguida: “(...) dessas tendências que atuam e se impõe com necessidade férrea”. (MARX, 1988, p.18).

O universo pesquisado pelo autor é a economia inglesa do século XIX, que Marx justifica por meio de uma comparação com o modo do proceder científico do físico, em que este

“(...) observa processos naturais seja onde eles aparecem mais nitidamente e menos turvados por influências perturbadoras, seja fazendo, se possível, experimentos sob condições que assegurem o transcurso puro do processo” (MARX, 1988, p.18).

Além de a Inglaterra ser, até aquele momento, a “localização clássica” do modo de produção capitalista, o mais desenvolvido, o que se assemelha às condições menos turvadas “por influências perturbadoras”, “comparada com a inglesa, a estatística social da Alemanha e do resto do continente europeu ocidental é miserável” (MARX, 1988,p.18). Estes pontos ganham importância na medida em que o objeto da investigação não é propriamente o universo de pesquisa, a economia inglesa, mas o modo de produção capitalista. Porém, neste caso, segundo Iray Carone,

“O capitalismo inglês, na sua *singularidade*, materializa as características *universais* do regime de produção capitalista, ou seja, suas leis.” (CARONE, 2007, p.23).

O ponto de partida da investigação é *A Mercadoria*, sendo este o capítulo I da obra. Sobre a relação com o objeto investigado, as relações econômicas, o procedimento é de análise, e se dá através da abstração. Em comparação ao proceder do biólogo, diz Marx:

“(…) o corpo desenvolvido é mais fácil de estudar do que célula do corpo. Além disso, na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos. Para a sociedade burguesa, a forma celular da economia é a forma de mercadoria do produto do trabalho ou a forma do valor da mercadoria.” (MARX, 1988, p.18).

Por essa analogia consideramos a sociedade burguesa como uma totalidade orgânica, com suas leis estruturais, particulares e interconexões universais entre a parte e o todo, mercadoria-sociedade burguesa. Além disso, como um organismo, a sociedade burguesa é está em permanente mutação – tem seu nascimento, seu desenvolvimento, seu crescimento, e tende a ter uma morte<sup>33</sup>. Isso quanto à organicidade, à totalidade, que é muito mais que o somatório das partes, pois carrega a ideia de vida e movimento.

Já no posfácio da segunda edição de *O Capital* (1873), Marx escreve a respeito a percepção de seu método pela reação do público: “O método aplicado em *O Capital* foi pouco entendido”. E logo adiante conclui:

“É mister, sem dúvida, distinguir formalmente o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador, pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori.” (MARX, 1988, p.26).

O próprio autor reitera a importância desta distinção. O método de pesquisa diz respeito à coleta de dados – investigação de ordem empírica – sua classificação, por isso a importância da estatística social, que na Inglaterra era muito mais completo que na Europa continental.

---

<sup>33</sup> “Não significam quem milagres hão de ocorrer amanhã. Indicam que nas próprias classes dominantes já se insinua o pressentimento de que a atual sociedade não é um cristal sólido, mas um organismo vivo capaz de mudar e que está em constante processo de mudança.” (MARX, 1988, p.20).

Já o método de exposição é a construção racional e teórica do já pesquisado, é a reprodução do concreto por meio do pensamento, isto é, de sua essência.

## 5.2. A dialética como método de exposição – uma leitura do capítulo I de *O Capital* (A Mercadoria)<sup>34</sup>

*A primeira vez que vi Teresa  
Achei que ela tinha pernas estúpidas  
Achei também que a cara parecia uma perna*

*Quando vi Teresa de novo  
Achei que os olhos eram muito mais velhos que o resto do corpo  
(Os olhos nasceram e ficaram dez anos esperando que o resto do corpo nascesse)*

*Da terceira vez não vi mais nada  
Os céus se misturaram com a terra  
E o espírito de Deus voltou a se mover sobre a face das águas.  
Manoel Bandeira*

No primeiro capítulo de *O Capital* observamos pelo menos três diferentes níveis de apresentação da mercadoria. À primeira vista,

“A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa” (MARX, 1988, p.45).

Assim, mercadoria é “coisa útil”, coisa dotada de propriedades materiais específicas e que podemos perceber através dos nossos sentidos (prática sensível). Trata-se do fator valor-de-uso.

Mas na sociedade burguesa, os valores-de-uso são bens, comprados e vendidos, e a este primeiro fator da mercadoria se agrega o segundo, o valor-de-troca<sup>35</sup>, que,

“aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e espaço.” (MARX, 1988, p.46).

---

<sup>34</sup> “Todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência. O entendimento do capítulo I, em especial a parte que contém a análise da mercadoria, apresentará, portanto, a dificuldade maior.” (MARX, 1988, p.17).

<sup>35</sup> “Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do – valor de troca.” (MARX, 1988, p.46).

A mercadoria é definida assim, num primeiro momento, como a representação imediata da prática cotidiana na sociedade burguesa, com seus dois fatores: valor-de-uso e valor-de-troca. O valor-de-troca, ainda anuncia Marx, “parece, portanto, algo casual e puramente relativo” e, assim, que o valor de uma mercadoria é determinado pela troca.

Num segundo momento identificado, a mercadoria nos será apresentada para além das aparências. O ponto de partida ainda é a realidade imediata, o ponto de vista da circulação – a prática sensível da troca na forma de pensamento. Marx então coloca em relevo a questão da determinação do valor: pressuposto que apenas se trocam mercadorias em igual valor e que, portanto a troca é uma relação de igualdade<sup>36</sup>, como é que podemos igualar valores-de-uso, que são de qualidades totalmente diferentes? Somente é possível comparar duas coisas diferentes se, entre elas, existe algum aspecto em comum. Segue-se a linha de dedução lógica por meio da abstração:

“(…) é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias. (...) Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. (...) Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. (...) Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (...) Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores – valores mercantis.” (MARX, 1988, p.47).

A distinção entre aparência e essência aqui é fundamental. Através da dedução dialética, revela-se algo que não se vê, mas que sabe-se que está lá – isto é, sabe-se porque o objeto já foi pesquisado, sua matéria já foi detalhadamente captada, analisada suas formas de desenvolvimento e suas íntimas conexões rastreadas. Neste sentido, o procedimento dedutivo pode parecer com a mágica, mas se trata na verdade do método de caminhar da categoria mais simples à mais concreta<sup>37</sup>. Desvela-se então a essência da mercadoria; são valores determinados pela quantidade de trabalho abstrato. Assim, nos é apresentada novamente a mercadoria, porém, agora, para além da representação ordinária conforme a vivência imediata na sociedade burguesa:

---

<sup>36</sup> “A troca não pode existir sem a igualdade, nem a igualdade, sem a comensurabilidade” (ARISTÓTELES, apud MARX, 1988, p.62).

<sup>37</sup> “(...) a categoria econômica mais simples, digamos, o valor de troca, supõe a população produzindo em relações determinadas;”(MARX, 2011, p.55).

“Quando no início deste capítulo, para seguir a maneira ordinária de falar, havíamos dito: A mercadoria é valor de uso e valor de troca, isso era, a rigor, falso. A mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e “valor”. Ela apresenta-se como esse duplo, que ela é, tão logo seu valor possua uma forma rápida de manifestação, deferente da sua forma natural, a do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada isoladamente, porém sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de tipo diferente. No entanto, uma vez, conhecido isso, aquela maneira de falar não causa prejuízo, mas serve de abreviação.” (MARX, 1988, p.63).

Nesta segunda definição acima apresentada o autor nega a primeira definição, ainda que afirmando a sua verdade ordinária e, portanto, correta de um ponto de vista pragmático. Mas só através do exercício de abstração é que se consegue chegar à essência da mercadoria. Esta, por sua vez, não aparece na análise da mercadoria em si mesma, isolada, mas somente ao ser comparada na troca com outra mercadoria. É preciso analisá-la dentro de uma relação para se chegar à definição das mercadorias enquanto valores. Valor é categoria mais concreta que o valor-de-troca, sendo este apenas a forma de manifestação daquele (fenômeno).

A quarta e última parte do capítulo primeiro é sobre *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo*. Já no início do item encontramos:

“À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas. (...) O caráter místico da mercadoria não provém, tampouco, do conteúdo das determinações do valor. (...) De onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, dessa forma mesmo.” (MARX, 1988, p.70-71).

A mercadoria é apresentada agora como um objeto místico, mercadorias como “coisas físicas metafísicas ou sociais”<sup>38</sup>.

Aqui notamos a metamorfose por que passou a mercadoria. Primeiro, na compreensão ordinária da vivência na sociedade burguesa, como valor-de-uso – mera utilidade a serviço do ser humano, para atender suas necessidades, sejam do estômago ou do espírito.

A mercadoria reaparece agora, após a análise, como algo não trivial, dotada de vida própria – “o fetichismo que adere aos produtos do trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias” (MARX, 1988, p.71). Enquanto antes as mercadorias pareciam servir às necessidades humanas, agora na verdade são as necessidades humanas que servem às

<sup>38</sup> MARX, *ibid.*, p.71.

necessidades das mercadorias. Trata-se, evidentemente, de uma inversão. Mas é uma inversão da forma invertida de e imediata conforme as aparências.

Do ponto de vista do método, há um aparente retorno ao ponto inicial – a mercadoria – mas agora “como uma rica totalidade de muitas determinações”<sup>39</sup>. O modo de proceder da dialética operou no percurso da manifestação do valor enquanto forma oculta nas mercadorias. Voltemos a questão da determinação do valor: para que uma mercadoria, ou melhor, que um valor-de-uso sirva de espelho (igualdade) para o valor-de-troca de outra mercadoria, é preciso que haja uma identidade dos polos opostos na relação. Por meio da conversão de um polo em seu oposto, o valor-de-uso se converte em manifestação do seu contrário, isto é, do valor – o trabalho concreto, assim, torna-se forma de manifestação do trabalho humano abstrato – e, por fim, o trabalho privado se torna a forma de manifestação de seu contrário, o trabalho social. Diz Marx:

“Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias. (...) Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio dos mesmos, entre produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas.” (MARX, 1988, p.71).

Quanto ao caráter do trabalho cristalizado nas mercadorias, parte-se do trabalho concreto, em seguida ao abstrato, e resolve-se no trabalho social total.

Em relação ao percurso metodológico, o que fez Marx senão partir da categoria mais simples em direção às categorias mais abstratas? Ainda no primeiro capítulo, nos parece que ele retoma a discussão de método que ele mesmo havia decidido abandonar uma década antes<sup>40</sup>. E o faz em termos muito semelhantes aos da Introdução:

“A reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa *post festum* e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento.” (MARX, 1988, p.73).

A igualdade que a troca estabelece entre valores-de-uso, que nada tem em comum quanto à qualidade, pressupõe uma sociedade em que, na prática, a mercadoria

---

<sup>39</sup> MARX, 2011, p.54.

<sup>40</sup> A publicação de *O Capital* se dá em 1867, dez anos após a redação da *Introdução* cuja publicação “suprimiu”.

já é sua forma generalizada e, deste modo, a sociedade burguesa e o modo de produção capitalista desenvolvidos – disso resulta a forma do valor.

“Tais formas constituem pois as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção , historicamente determinado, a produção de mercadorias.” (MARX, 1988, p.73).

Próximo ao fim do capítulo, Marx conclui a crítica da economia política neste primeiro movimento:

“A Economia Política analisou, de fato, embora incompletamente, valor e grandeza do valor e o conteúdo dessas formas. Mas nunca chegou a perguntar por que esse conteúdo assume aquela forma, por que, portanto o trabalho se representa pelo valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração, pela grandeza do valor do produto do trabalho. Fórmulas que não deixam lugar a dúvidas de que pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e ainda não o homem o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo. Por isso, ela trata as formas pré-burguesas do organismo social de produção como os padres da Igreja as religiões pré-cristãs.” (MARX,1988,p.76-77).

## 6. Conclusão

Três conclusões a respeito do método da crítica da economia política:

i) Ele aparece, antes de mais nada, como um método de exposição, teórico, especulativo, racional, mas não é apriorista, uma vez que pressupõe a mais ampla e incessante pesquisa;

ii) Como método crítico, por meio da lógica dialética, transforma *o imediato* em *mediato*, a *representação* (categorias simples) em *concreto*. Assim, é negação das aparências e revelador da essência, é crítica da ideologia e é teórico do concreto estudado;

iii) O método progride aparentemente regredindo, isto é, retoma a aparência inicial, mas como uma rica totalidade de múltiplas determinações causais;

Se, antes de fazer teoria, os seres humanos têm de necessariamente produzir a própria vida contraindo assim relações sociais de produção independentemente de suas vontades, é na totalidade de tais relações que medeiam os seres humano em seu modo de reproduzir a vida que se dá o necessário processo de conhecimento.

Pode-se dizer, sintetizando, que o processo do conhecimento consiste em duas etapas, sendo a primeira a ação material ou física do ser humano sobre a realidade material - a natureza, por um lado, e a sociedade, por outro - através do trabalho, e a segunda a sua ação intelectual sobre a mesma, que é o processo de elaboração mental do conhecimento com base no concreto sensorial. No conjunto, estas duas fases compõem a prática social. Pareceria então correto afirmar que o processo do conhecimento coincide à prática (ou à *práxis*).

Contudo, a sociedade burguesa, que se pretende universal – e esta falácia é o calcanhar de Aquiles que mira a crítica da economia política – encontra-se cindida em classes sociais. Não se pode falar em ser humano universais numa sociedade em que os instrumentos, os objetos, os processos e os frutos do trabalho são privados. Pressuposto da troca, onde há propriedade privada não há interesse universal, mas, na máximo, reciprocidade de interesses privados. Cindida em classes por meio da propriedade privada, a prática social é substituída pela prática parcial. O intercâmbio material com a natureza, o trabalho, é separado do processo de conhecimento, que passa a pensar por si só a partir de um concreto sensorial que não produz, senão que é fruto de trabalho alheio. Dadas estas configurações das relações dominantes, então dadas também as

condições de existência de todo o pensamento que, na melhor das hipóteses, procurando conhecer a realidade encontrou-se apartado da realidade, reproduzindo o real em pensamento enquanto concreto.

A crítica da economia política neste sentido, não é a crítica apenas às ideias dominantes, mas é principalmente a crítica às relações de produção dominantes. Marx combate a pseudocrítica, que censura os economistas políticos do ponto de vista moral, como se o defeito em sua teoria fosse apenas uma questão de interpretação da realidade, “como se aqui se tratasse de um nivelamento dialético de conceitos e não da concepção de relações reais!” (MARX, 2011, p.45).

Concluimos que Marx, ao invés de pretender novas ideias que possam mudar o mundo (o que iria essencialmente contra seu método, apesar de condenarem-lhe a esta fama), procurou fazer uma descrição fiel do que ocorria na sociedade. Antes que formulasse a crítica da economia política, a sociedade burguesa já era criticada prática, por exemplo, com o choque entre as forças produtivas e as relações de produção que sacudiu a Europa em 1848 – mesmo ano em que John Stuart Mill publicava seus *Principles* consagrando àquelas relações à eternidade. Quatro anos antes, Marx acompanhava a revolta dos operários tecelões na Silésia e antes mesmo disso as disputas pelo direito à lenha das antigas terras comunais reminiscentes da ordem feudal que estavam sendo privatizadas.

## Referências Bibliográficas

CARONE, I. ; LANE, S. T. M.; CODO, W. A dialética marxista: uma leitura epistemológica. In: Silvia T. Maurer Lane; Wanderley Codo. (Org.). Psicologia Social: o homem em movimento. 13 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007, v. 1, p. 20-30.

DOBB, Maurice. Teorias do valor e da distribuição desde Adam Smith. Lisboa: Editoria Presença, 1977.

ENGELS, F. Esboço de uma Crítica da Economia Política. 1843-1844. Disponível em: [http://www.cinfil.com.br/arquivos/frederich\\_engels.pdf](http://www.cinfil.com.br/arquivos/frederich_engels.pdf). Acessado em 08/08/2015.

\_\_\_\_\_. Carta para Joseph Bloch, 1890. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acessado em 10/06/2015.

GERMER, C. M. A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: CORAZZA, Gentil. (Org.). Métodos da ciência econômica. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, v. 1, p. 61-92.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, K. O Capital: crítica da economia política. v. I. Nova Cultural. 1982.

KOFLER, L. História e dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1969.

LEFEBVRE, H. Lógica formal: lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1975.

LENIN, V.I. Cadernos sobre a dialética de Hegel. Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. O Capital: crítica da economia política: Livro I. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

\_\_\_\_\_. Para a crítica da economia política ; Salário, preço e lucro ; O rendimento e suas fontes. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1982. (Os Economistas).

NETTO, J.P. Introdução ao estudo do método em Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULA, João Antonio de (org.). O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858). Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 175 p.

REICH, W. Materialismo dialético e psicanálise. 3 ed. Lisboa: Presença; Martins Fontes, 1977.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx. Trad. César Benjamin. EDUERJ, 2001.

RUBIN, I. I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Livraria e Ed. Polis, 1987.

SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas). 1996